



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS –
FAJS

ALICE MENEZES GASHTI

A RELEVÂNCIA DE ZOROASTRO PARA AS
CONCEITUAÇÕES PÓS-HEGEMÔNICAS DA ORDEM
MUNDIAL

BRASÍLIA

2017



ALICE MENEZES GASHTI

**A RELEVÂNCIA DE ZOROASTRO PARA AS
CONCEITUAÇÕES PÓS-HEGEMÔNICAS DA ORDEM
MUNDIAL**

Monografia apresentada como
requisito para conclusão do curso de
bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.
Orientação: Raphael Spode

BRASÍLIA
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que me concedeu toda a estrutura emocional, psicológica e financeira para que me dedicasse inteiramente aos estudos. Agradeço também ao meu caríssimo orientador Raphael Spode, que me concedeu essa honra de enriquecer meu conhecimento à luz das teorias das relações internacionais nos grupos de estudos, na pesquisa científica e no presente trabalho de conclusão de curso; agradeço ao meu amigo parsi Ruzbeh Hodiwala que contribuiu imensamente para a minha compreensão acerca do tema abordado pela monografia, agradeço a todos os meus queridos amigos que acompanharam a minha jornada acadêmica, em especial Sarah Gashti, Mara Lúcia, Alessandra Thomé, Polliana Soares Silva, Sérgio Túlio, Gabriel Vargas, Prof. Norberto Mazai, Prof. Danilo Porfirio, Padydeh Eghbali, Renato Sanches e Roberto Carvalho. Agradeço a todos os meus colegas de classe, que participaram da minha vida acadêmica contribuindo em participação efetiva nos trabalhos acadêmicos em grupo. E por fim, agradeço a todos os professores do UniCEUB por contribuírem para a minha excelente formação como profissional de Relações Internacionais.

EPÍGRAFE

“Now that I put the crown of kingdom of Iran, Babylon and the nations of the four directions on the head with the help of (Ahura Mazda). I announce that I will respect the traditions, customs and religions of the nations of my empire and never let any of governments and subordinates look down on or insult them until I am alive.” - Cyrus the Great

RESUMO

A RELEVÂNCIA DE ZOROASTRO PARA AS CONCEITUAÇÕES PÓS-HEGEMÔNICAS DA ORDEM MUNDIAL

O presente trabalho objetiva resgatar o pensamento e a doutrina de Zoroastro, sábio, legislador e poeta da Pérsia antiga. Esse movimento de resgate faz parte de uma tendência, em Relações Internacionais, de retornar ao passado em busca de alternativas, novas maneiras de ver e interpretar o mundo social e político hodierno. Diante dos dilemas éticos e morais vivenciados pela presente geração, os apelos em torno da renovação da ordem social e política exigem uma investigação da própria sociedade, em busca da compreensão de possibilidades emancipatórias contidas nela mesma, apesar de suas construções patológicas, muitas delas elaboradas em formas de dominação. A crença é de que em meio às ideias vitoriosas no tempo, houve doutrinas silenciadas: elas jazem parcialmente ocultas sob as edificações teórico-filosóficas vigentes. Assim, deve-se buscar, numa revisão da edificação civilizacional, possíveis etapas que oferecem alternativas à humanidade; mas, vencidas, ficaram depositadas nas camadas do tempo. O desafio é, portanto, empreender uma “arqueologia do saber” para reencontrar, nos fundamentos da civilização vigente, tendências culturais, intelectuais, religiosas, sociais, políticas e econômicas, capazes de eliminar um ou outro abuso. Dentre as várias contribuições e tradições espalhadas pelo mundo, é possível imaginar antigas civilizações, tais como a Pérsia, como um repositório de importantes reflexões sobre moralidade, sociedade, política e economia. Nela, encontra-se o Zoroastrismo: doutrina que desempenhou um importante papel no desenvolvimento de regiões consideradas como o berço de nossa civilização atual. O Zoroastrismo busca, por meio de uma metafísica, observar a natureza, os indivíduos e suas relações para sugerir um guia de ação cujo propósito é preveni-los dos males existenciais. Nesse espírito, este trabalho pretende conhecer os fundamentos ontológicos da doutrina de Zoroastro, nos seus próprios termos culturais e históricos, com a finalidade de repensar, mais tarde e de forma crítica, os nossos pressupostos, assumidos, muitas vezes, como “verdades” em teorias vigentes da sociedade e das Relações Internacionais. Do ponto de vista das Relações Internacionais, a pesquisa se insere num movimento metodológico mais abrangente de releitura de obras clássicas que tem por objetivo recuperar valores éticos e religiosos em tempos de crise e perturbação moral.

Palavras-Chave: Teoria das Relações Internacionais. Teoria Crítica. Zoroastrismo.

Sumário

CRONOLOGIA HISTÓRICA - EMERSÃO DO ZOROASTRISMO E O SILENCIAMENTO DA DOCTRINA.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
O CONTEXTO HISTÓRICO.....	13
1.1. O MUNDO PAGÃO ANTECEDENTE A ZOROASTRO.....	13
1.2. OS DEUSES PAGÃOS DO IRÃ.....	14
1.3. HERANÇA DO PERÍODO INDO IRANIANO DIFUNDIDO NO ZOROASTRISMO	15
1.4. ZOROASTRO E A DIFUSÃO DA DOCTRINA	17
A DOCTRINA.....	22
2.1. A ÉTICA ZOROASTRIANA.....	22
2.2 – O DUALISMO ENTRE O BEM E O MAL.....	23
2.3 O SIGNIFICADO DO PRINCÍPIO DOS BONS PENSAMENTOS	25
2.4 OS SISTEMAS SIMBÓLICOS DO ZOROASTRISMO.....	26
AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	28
3.1 ZOROASTRISMO NA GEOPOLÍTICA DO MUNDO ATUAL.....	28
3.2 – O CILINDRO DE CÍRIO E O CONCEITO DE TOLERÂNCIA.....	36
3.3 – O ZOROATRISMO E A CONFIGURAÇÃO DA ORDEM MUNDIAL PÓS HEGEMÔNICA	40
3.4 O ZOROASTRISMO E A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	54

Cronologia histórica - Emersão do Zoroastrismo e o Silenciamento da Doutrina.

- 600-583 a.C (aprox) – Surgimento do profeta, filósofo e poeta, Zoroastro.
- 550-330 a.C – Império Aquemênida
- 492– 479 a.C – Persas tentam conquistar a Grécia e perdem a batalha.
- 334 a.C – O líder Macedônio Alexandre, o Grande, derrota os Aquemênida e toma o Império Persa.
- 323 a.C – Alexandre morre e conseqüentemente, seu império é fragmentado. Um dos seus generais funda a dinastia Selêucida.
- 230 a.C – Tribos Partas derrotam gradualmente os Selêucidas e assumem o controle da Pérsia.
- 224 – Império Sassânida emerge e inaugura a teocracia Zoroastra.
- 632– Maomé recebe revelação do Corão e morre na Atual Arábia Saudita. Seus seguidores se lançam a conquista de territórios vizinhos.
- 633– Árabes invadem o território Sassânida iniciam a islamização da Pérsia. O ano é conhecido como o maior genocídio histórico, pois, a Pérsia foi islamizada por meio da força física e econômica, medo de perderem suas vidas e suas famílias e pelo receio de serem punidos com altas cobranças de impostos.
- 661– Ali, neto e genro de Maomé, é assassinado. Seguidores de Ali formam uma dissidência que sela o início do xiismo.
- 680 – Hussein, filho de Ali, é assassinado pela dinastia Umíada, dominante na região.
- 696 – O árabe se torna o idioma oficial das terras conquistadas pelo islã.
- 750 – Com apoio das tribos persas, a dinastia Abásida derrota os Umíadas.
- 820 – A proliferação de pequenos Estados persas restringe o domínio árabe sobre a Pérsia. Surge então, o idioma farsi moderado que usa a escrita com base no alfabeto árabe.
- Século X – Início do colapso do califado islâmico, que cede espaço a diversas dinastias persas e turcas como a dos seljúcidas.

- 1220 – Exército Mongol, sob comando de Gengis Khan, invade, arrasa e ocupa boa parte da Pérsia.
- 1227 – Gengis Khan morre. Seus filhos repartem o Império.
- 1271 – Marco Polo atravessa a Pérsia e relata horrores da destruição causada pelos mongóis.
- 1405 – Timur, comandante turco-mongol, conquista a Pérsia, que é novamente devastada por invasores.
- 1501– Xá Ismail reunifica a Pérsia e funda a dinastia Safávida. O islã xiita é declarado religião oficial.
- Século XVIII - Migração da comunidade zoroastriana iraniana para Índia (Parsis).
- 1926 – Reza Khan é coroado imperador e adota o sobrenome Pahlavi. Seu primogênito, Mohammad Reza Pahlavi, é apontado príncipe herdeiro.
- 1935 – Governos muda o nome do país de Pérsia para Irã
- 1936 – Reza Pahlavi lança campanha em favor da emancipação das mulheres e veta símbolos religiosos, inclusive o véu islâmico.
- 1941– Durante a Segunda Guerra Mundial, britânicos e russos ocupam a Pérsia e depõem Reza Pahlavi em represália aos seus laços com a Alemanha nazista. Mohammad Reza Pahlavi assume o trono.
- 1943 – Reunidos em Teerã, Winston Churchill, Franklin Roosevelt e Josef Stalin assinam a Declaração de Teerã, que promete reconhecer a independência do Irã ao fim da guerra. Soviéticos descumprem o acordo e ocupam partes do país após término do conflito.
- 1946 – União Soviética se retira do Irã.
- 1950 – Ali Razmara se torna primeiro-ministro e é assassinado meses depois, por um extremista islâmico. Seu substituto é o nacionalista Mohammad Mossadegh.
- 1951 – Sob o comando de Mossadegh, o Parlamento aprova lei para nacionalizar o petróleo, até então dominado por britânicos. Londres impõe embargo ao Irã.

- 1953 – Furioso com a perda das concessões e preocupado com o possível avanço comunista, Reino Unido orquestra golpe de Estado com apoio americano e derruba Mossadegh. O Xá retorna ao país após breve autoexílio e recupera plenos poderes.
- 1957 – Irã intensifica laços políticos, econômicos e militares com os EUA.
- 1963 – Mohammad Reza Pahlavi lança a "Revolução Branca" que visa reformar o sistema agrário e ocidentalizar a sociedade. A ditadura se acirra.
- 1964 – Líder do movimento anti modernização, Aiatolá Khomeini parte para o exílio no exterior.
- 1973 – Durante choque petrolífero, Irã rejeita aderir a embargo contra países ocidentais e aumenta exportações de petróleo.
- 1978 – Ondas graves, protestos e revoltas contra a ocidentalização se alastram pelo Irã.
- 1979 – Irã afunda no caos, e família imperial foge para o exterior. Aiatolá Khomeini retorna ao país para comandar a Revolução Islâmica; estudantes tomam a embaixada americana e exigem que os EUA extraditem o xá.
- 1980 – Abolhassan Bani Sadr é eleito primeiro presidente do novo Estado Islâmico. O xá morre de câncer no Egito. Iraque ataca Irã.
- 1988 – Míssil americano derruba Airbus iraniano com 290 a bordo. Cessar-fogo com Iraque é mediado pela ONU.
- 1998 – Governo afegão Talibã executa nove iranianos em Mazar-e Sharif, e Irã por pouco não ataca Afeganistão para retaliar o massacre.
- 1999 – Estudantes iniciam onda de protestos contra o fechamento de jornal reformista. A guarda revolucionária islâmica iraniana responde com violência.
- 2011 – Protestos populares eclodem pelo país em apoio a primavera árabe e população se manifesta contra a ditadura islâmica de Aiatolá Khomeini, exigindo a queda do governo teocrático. Presidente Ahmadinejad entra em confronto aberto com Khomeini.
- 2013 – Estado Islâmico (ISIS) instaura o caos na Síria e Iraque e ameaça de forma repressiva as minorias étnicas e religiosas como os cristãos, curdos, yazidis. (ADGHIRNI, 2014, p.20)

INTRODUÇÃO

É inegável que as teorias de relações internacionais são, em certo sentido, compostas por aspectos ideológicos. Majoritariamente, as grandes correntes de pensamento internacional, quando interpretadas por uma perspectiva crítica, denotam conter um pendor, uma visão provinciana e parcial da realidade. Apesar de toda teoria pretender ser universal, a verdade é que elas, em certo sentido, são apenas a expressão de uma visão particular de mundo e, por conseguinte, expressões reduzidas e culturalmente tendenciosas (BURCHILL, 1996.). Talvez o que exista nas Relações Internacionais seja uma dominância teórica, isto é, uma dominação epistemológica e empírica de conhecimento produzida por uma classe vigente, hegemônica, ocidental. É essa a constatação feita por Robert Cox, por exemplo, ao propor a necessidade de uma transcendência em Relações Internacionais. Essa transcendência iniciaria com a superação da hegemonia conceitual prevalecente no campo de estudos, rumo àquilo que Cox denomina de uma “pós-hegemonia”; (SMITH, 2002).

O ponto de partida para compreender de forma concisa o conceito de pós-hegemonia é entender o que é hegemonia e como o pensamento hegemônico atua tanto no sistema internacional quanto na teoria. Por hegemonia, Robert Cox entende o seguinte:

Em uma ordem hegemônica, esses valores e entendimentos são relativamente estáveis e não contestados, aparecendo para a maioria dos atores como a ordem natural das coisas. Essa estrutura de sentidos baseia-se em uma estrutura de poder, na qual provavelmente há um Estado que é dominante, mas por si mesma essa dominância não basta para criar a hegemonia. Esta última deriva da maneira de agir e pensar das camadas sociais dominantes do Estado ou Estados dominantes, na medida em que obtiverem o acordo das camadas dominantes dos outros Estados. Essas práticas sociais e ideológicas que explicam e as legitimam constituem a base da ordem hegemônica. (COX, 2000, p.193)

Apesar do conceito acima fazer referência à interação política entre as nações dominantes e dominadas (diga-se, a prática política internacional), Cox também entende que a hegemonia se exerce a partir de formas de pensamento. Nesse sentido

muito específico, no plano do “pensar teórico”, as relações internacionais expressam conteúdos ideológicos que, em última instância, servem para legitimar e perpetuar certas relações de poder, que deveriam ser contestadas (COX, 2000, p.193) Mas, contestar o que exatamente, ou melhor, que conjunto de teorias?

A impressão geral é que a ordem hegemônica ocidental gera produtos culturais (teóricos, estéticos, audiovisuais) portadores de uma visão de mundo de caráter capitalista, e, portanto, egoística. É curioso como, de fato, essa tendência de conceber as relações sociais de maneira atomizada, à luz dos conceitos da microeconomia, transparece nos axiomas das principais teorias norte-americanas das Relações Internacionais, que propõem como verdades científicas, a necessidade dos Estados aprimorarem suas capacidades relativas; pensar na busca da sobrevivência; agir estrategicamente; pensar em si, em primeiro lugar. Tais teóricos pintam um cenário cinza e pessimista das relações internacionais e concebem, dessa forma, os fatores gerais que perpetuam, no plano do pensamento, uma sensação de insegurança e incerteza sobre o futuro (WALTZ,1994). O movimento pós-hegemônico na Teoria das Relações Internacionais aparece justamente para ajudar o processo de superação da mentalidade conceitual descrita acima, que, aliás, “congela” as possibilidades de transformação do mundo. Desse modo, em primeiro lugar, o que as teorias críticas propõem (a partir do movimento pós-hegemônico) é uma nova visão sobre as teorias vigentes, de tal modo que se possa apontar sua parcialidade e corrigi-la. Mas, corrigir de que modo? O propósito é simples: o que se tenta é abrir um espaço mais amplo de discussões capaz de incorporar, no plano do “pensar teórico”, autores desconhecidos, tradições silenciadas, textos não ocidentais para fazer um balanço entre visões de mundo, e, a partir disso, encontrar novas possibilidades de pensamento e ação.

Dessa forma, é preciso ressaltar que o movimento pós-hegemônico não tem como finalidade invalidar as teorias hegemônicas já existentes. A pós-hegemonia propõe a utilização, no campo de estudos, de lentes teóricas diversas, não ocidentais, por exemplo, para estudar mais a fundo as relações entre os Estados. Logo, percebe-se que o estudo das Relações Internacionais realmente ganha a sua apropriação nominativa a partir deste momento, ao propor ser um campo de estudos que promova

uma espécie de desconsideração às ideias difundidas em diversas realidades culturais do globo.

Nessa senda, resta uma pergunta: para que serve essa “arqueologia do saber”? Qual a razão de buscar no oculto das culturas, novas ideias? Por que, segundo Cox, uma ordem pós-hegemônica depende de um conteúdo normativo diferenciado, capaz de adaptar melhor a aspiração humana do tempo vigente a partir de uma base comum entre as tradições que compõe a realidade cultural e civilizatória do mundo.

Uma primeira condição seria o reconhecimento mútuo das distintas tradições de civilização. [...] Uma segunda condição para uma ordem pós-hegemônica seria avançar além do ponto de reconhecimento mútuo para chegar a uma espécie de supra intersubjetividades distintas e separadas das diferentes tradições de civilização que coexistem. (COX, 2000, p.195).

A pós-hegemonia requer um passo fundamental, que não se trata apenas de um resgate, mas também da análise e da sinalização de que o reconhecimento da tradição e da cultura de outrem serve como um exercício de respeito à diversidade cultural, cujo propósito não é estabelecer novas hierarquias, nem valorizar uma cultura mais do que a outra; é ter em mente que cada cultura tem sua particularidade, sua individualidade, exclusividade e que se deve respeitar essas visões de mundo, apesar de distintas uma da outra. Nesse sentido específico, caberia às Relações Internacionais, enquanto um campo de estudos que estuda a sociedade de um ponto de vista global, adequar espaços epistemológicos para um diálogo multicultural verdadeiramente amplo e democrático, voltado à busca de um ponto comum ou, como afirma Wallerstein, um universalismo verdadeiramente universal (Wallerstein, 2007, caps. 2 e 4).

O objetivo do presente trabalho é mostrar ao caro leitor como o contexto histórico da Pérsia moldou a atual geopolítica da Ásia Central. Por conseguinte, apresentar também as capacidades ideológicas utilizadas pelo Império Persa a qual eram fundamentadas na ética e moral zoroastriana e como e as influências desta doutrina atuam na resistência em oposição uma hegemonia islâmica vigente. Para o pensamento das

Relações Internacionais, é analisado como essa doutrina zoroastriana pode contribuir para as conceituações pós-hegemônicas da ordem mundial.

O CONTEXTO HISTÓRICO

1.1. O MUNDO PAGÃO ANTECEDENTE A ZOROASTRO

O período anterior a Zoroastro é caracterizado por uma sociedade denominada “indo-iraniana”. A sociedade indo-iraniana viveu por volta de 1700 A.C, organizada em grupos nômades que migravam constantemente com o seu rebanho, que era composto por três animais de extrema importância: o cão (com a finalidade de proteger a tribo), o cavalo (como meio de transporte) e a vaca e boi (como forma de alimento). Esses animais ganharam sua relevância social e religiosa na corrente pagã indo-iraniana, tal simbologia foi mantida na cultura zoroastriana (BOYCE, 1989, p.3)

Os indo-iranianos ocupavam as regiões do Uzbequistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Irã, parte da Índia e, por fim, o Quirguistão. Sua tradição, semelhante ao povo Mongol, mantinha o respeito ao valor da lealdade mútua e a obrigação aos seus chefes e líderes, pois acreditavam que o poder deveria estar nas mãos de grandes chefes, sendo esta prática conhecida como "feudalismo nômade". Essa forma de organização social e política, eminentemente patriarcal, se materializavam nos deuses pagãos. A vista disso, acreditavam nos "*Asuras*" ou "*MihrYast*", expressões usadas pelos pagãos para se referirem ao "deus" que é "rei de vários países e/ou impérios": uma imagem da qual possivelmente foi remetida aos chefes tribais ou aos reis vassalos como modelo de virtude e sabedoria (BOYCE, 1989, p.4)

Os indo-iranianos não tinham uma estrutura para definir as posições sociais de seu povo, como ocorrido na Índia pós-Védica no sistema de castas (BOYCE, 1989, p.4). Entretanto, naturalmente os jovens seguiam a mesma vida profissional dos pais por intermédio de ofícios ensinados desde a infância. Heródoto, por exemplo, registra o período Persa do século quinto B.C para descrever a formação das crianças persas, especialmente os meninos: aos cinco anos de idade, aprendiam a montar, a atirar e a

falar a verdade – eram formados para serem nobres e guerreiros. Esta tradição sobreviveu até o século XX (BOYCE, 1989, p.6).

1.2. OS DEUSES PAGÃOS DO IRÃ

O Avesta é o livro sagrado do zoroastrismo contendo sua cosmogonia, lei e liturgia, os ensinamentos do profeta Zoroastro. O Avesta é composto de cinco partes. Seu núcleo religioso é uma coleção de canções ou hinos, os Gāthās, que se pensava ser as principais palavras de Zoroastro. Eles formam uma seção do meio da principal parte litúrgica do cânone, o Yasna, que contém o rito da preparação e do sacrifício de haoma. O Visp-rat é uma escritura litúrgica menor, contendo homenagens a vários líderes espirituais zoroastrianos. A Vendidad, ou Vidēvdāt, é a fonte principal da lei zoroastriana, tanto ritual como civil. Também dá conta da criação e do primeiro homem, Yima. Os Yashts são 21 hinos, ricos em mitos, sobre vários yazatas (anjos) e heróis antigos. O Khūrda Avesta (ou Little Avesta) é um grupo de textos menores, hinos e orações para ocasiões específicas.

O Avesta possui vários seres divinos que são honrados e provavelmente são originados dos panteões iranianos. Alguns deuses maiores também foram adorados pelos indianos védicos. Um grande exemplo é a deusa Mithra, a qual faz adorações a Ahura Mazda, o descrevendo como: "Ele olha para tudo entre a terra e o céu"; "Ele abraça/oferece refúgio com sua grandeza"; "O lugar dele é na largura da terra" (BOYCE, 1989, p.22)

Os volumes manuscritos do original destruídos quando Alexandre, o Grande, conquistou a Pérsia. O Avesta foi produzido a partir dos restos encontrados e decorados pelos sacerdotes, o Avesta também foi titulado pelos reis Sāsānianidos. Destarte, é por meio do livro sagrado que se compreende a correlação entre a vida dos deuses e a vida nômade, vivida nos grandes estepes, a partir dos relatos da deusa Mitra. A concepção monoteísta de Zoroastro sobre um Senhor supremo foi derivada das expressões indo-europeias, descritos como “a luz que brilha”; “Única luz” que também era chamada de “imortal” (BOYCE, 1989, p.23). Os iranianos também utilizam o termo “o único que distribuí”. Logo, sob uma perspectiva histórica, os

termos zoroastrianos são Védicos, pois na religião védica, a *asura* corresponderia a *ahura*, utilizado no *Avesta* para se referir ao “Senhor”: em ambos os idiomas, o termo se refere a Deus.

1.3. HERANÇA DO PERÍODO INDO IRANIANO DIFUNDIDO NO ZOROASTRISMO

Os sacerdotes do período indo-iraniano tinham diferentes vocações, mas compartilhavam uma única formação básica, pois há elementos comuns nos rituais zoroastrianos e brâmanes, o que mostra a existência de uma tradição antiga que foi transmitida de geração em geração (BOYCE, 1989, p.10). Os sacerdotes seguiam um mesmo ritual de palavras sagradas, hinos e cantos de louvor para agradar aos deuses em suas oferendas. Durante centenas de anos, os brâmanes e os zoroastrianos mantiveram tal tradição de orações e hinos, apesar de terem certa liberdade para compô-las novamente dentro das convenções estabelecidas.

Existem três categorias de expressões religiosas formais conhecidas no paganismo indo-iraniano. Em primeiro lugar, a palavra "mantra" ou "manthra" significa reflexão, pensamento. Sendo assim, a palavra "mantra" é definida como "instrumento de reflexão", formulada e utilizada para se referir à meditação. O mantra era proferido nos rituais e inspirava sacerdotes a compor os rituais religiosos. No idioma Védico, existe a expressão "criador de mantra" que se referia à pessoa que enunciava o mantra de cór, "vinda do coração" para que seu povo lembrasse e repetisse depois dele. Há uma frase nos Gathas conhecida como: "de coração e pensamento" e esta frase mostra a verdade sobre o histórico ancestral dos indo-iranianos (BOYCE, 1989, p.11). Ou seja, em dado momento, as duas correntes hindus e zoroastra carregam a mesma origem da tradição pagã indo-iraniana.

No período Védico, o adjetivo "mantrin" significava "conhecedor dos mantras" e Zoroastro usava repetidamente a ideia de que um iraniano equivale a um "mantran" (conhecedor de mantras) dele mesmo. Usualmente, as expressões utilizadas por sacerdotes de ambas as correntes reveladas, eram inspiradas no mais restrito sentido.

De fato, tal inspiração era sustentada por uma divindade ou por uma faculdade de conhecimento adquirida pelo próprio sacerdote.

Em segundo lugar, o louvor, o discurso público de louvor ou a poesia religiosa recitada por meio da música têm as mesmas características no Avesta e na Índia, nos hinos "cânticos" do Udgatr.¹ Em ambos, o louvor deve ser expresso verdadeiramente e o sacerdote deve ser corretamente instruído, tanto no conhecimento religioso, quanto na arte da composição.²

O zoroastrismo e o hinduísmo também são similares ao que tange aos hinos, haja vista que ambos têm medidas próximas, caracterizadas por oito sílabas e são simples e diretos no seu conteúdo e na sua expressão. O louvor, o discurso público de louvor ou a poesia religiosa recitada por meio da música, tem as mesmas características no Avesta e na Índia, nos hinos cânticos do Udgatr. Em ambos, o louvor deve ser expresso verdadeiramente e o sacerdote deve ser corretamente instruído tanto no conhecimento religioso, quanto na arte da composição (BOYCE, 1989, p.36).

Há poesias representadas nos Gathas (as quais foram compostas por Zoroastro) e na Índia, poesias de sabedoria do Hatar³, com versos caracterizados por onze sílabas. As poesias de Zoroastro e Hatar têm conteúdo predominantemente instrutivo. Tal tradição foi consolidada pelo fato dos sacerdotes serem ensinados a dedicar anos de estudo para investigar a verdade e elucidar a natureza das coisas. Ao que tudo indica

¹Udgātr literalmente significa 'o cantor'.

Em qualquer sacrifício védico, estão envolvidos quatro sacerdotes principais. O udgātr é o terceiro sacerdote que representa o Sāmaveda. Seu principal dever é cantar os mantras do Sāmaveda nas etapas apropriadas do sacrifício.

²Essa tradição sobreviveu até meados do século XX, quando os filhos de sacerdotes eram educados e recebiam de forma exigente o "chamado" aos sete anos de idade (BOYCE, 1989, p.12)

³Cerimônias de sacrifício referente ao período védico. Tal cerimônia deveria ser composta por sacerdotes, que tinham como função, a invocação de deuses.

esta antiga categoria de poesia aparenta ter raízes indo-europeias cultivadas particularmente em conexão com a atividade mântica.⁴

1.4. ZOROASTRO E A DIFUSÃO DA DOCTRINA

A biografia de Zoroastro, usualmente, é cercada de lendas e certos mistérios. Desse modo, há ditos sociais de que nascimento de Zoroastro foi milagroso. Conforme essas histórias relatadas nos Gathas, diz-se que a glória de Ahura Mazda desceu do céu e entrou na casa da futura mãe do profeta, no momento em que ela estava grávida, os arcanjos vieram até ela e adoraram e elogiaram o nascimento e, dessa maneira, a natureza se alegrou de tal forma que nascimento de Zoroastro causou espanto para os demônios. Sendo assim, logo que a criança nasceu, não chorou como um mortal comum, ele riu alto. Muitos anjos e arcanjos vieram adorá-lo. A partir dessas propalações, compreende-se Zoroastro como o maior profeta entre os antigos iranianos, seu nascimento foi laço que estabeleceu conexão com Ahura Mazda, o Senhor Supremo do Universo, e que serviu para cumprir a Missão Divina. Suas próprias escrituras originais, os preciosos Gathas na língua avestânea, indicam que ele era uma pessoa repleta por Deus. (LING, 1966, p.90)

O pai de Zoroastro era Porushaspo e sua mãe Dughdhvo. Zoroastro nasceu no oeste da Pérsia, atual Irã em Takht-e-Suleman, no distrito de Azerbaijão. Ele era um descendente direto na linha real da casa de Manushcihar, o antigo rei do Irã. O Profeta iraniano é conhecido por seus seguidores como Zaratustra. Sabe-se muito pouco da vida de Zoroastro. Mesmo quando ele era um menino, mostrou ter grande sabedoria. Ele argumentou com homens sábios e censurou os hereges. Demônios e espíritos malignos tentaram matá-lo. O rei Turanian Durasrobo também tentou matar a criança, mas a vida do profeta foi salva da milagrosamente pelo Senhor Ahura Mazda, o todo misericordioso. (BOYCE, 1989, p.9)

⁴ Atividade mântica: Guiar o humano sobre seu futuro com profecia e adivinhação (MARCUS TULLIUS, 1839)

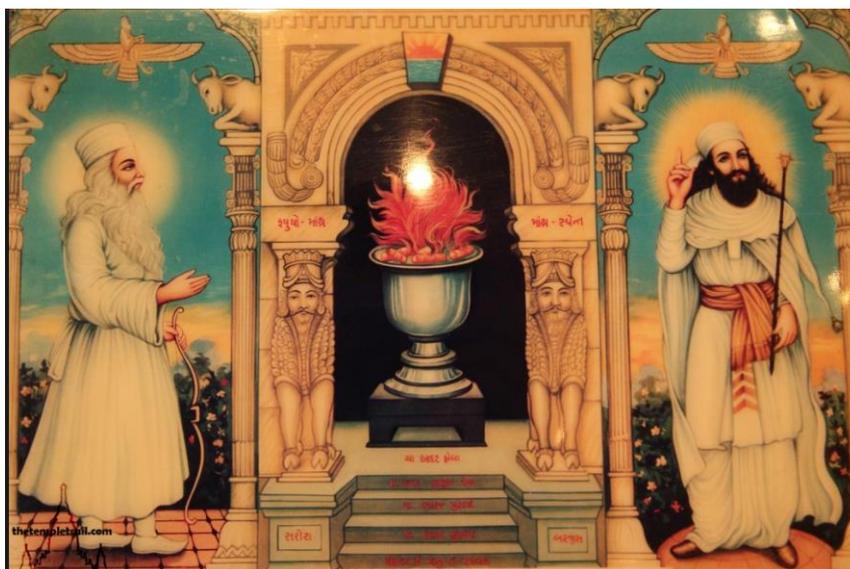
Zoroastro desenvolveu o sentimento de desapego ao mundo material quando atingiu os dezesseis anos de idade. Os objetos do mundo perderam toda atração por ele. Zoroastro desprezava todos os prazeres mundanos. Ele se elevou acima de todos os desejos sensuais e ele mostrou intenso amor e compaixão por todos os seres vivos. Zoroastro deixou sua casa aos vinte anos e vagou por diferentes lugares (dentre os quais: florestas, cavernas e montanhas, onde meditava tranquilamente), de forma a liderar uma vida de pureza e de justiça. Ele era muito abstinente em sua dieta e subjugou seus outros sentidos também. Zoroastro experimentou comunhão com Ahura Mazda, o Senhor Supremo do Universo, no topo do Monte Sabatão, por intermédio de conversas diretas com Ahura e de visões proféticas. Assim, depois de receber a luz divina da revelação, aos trinta anos, saiu como o Profeta de Deus e tornou-se o renomado mensageiro de Ahura Mazda. A segunda visão, experienciada por Zoroastro, narra o pedido dos arcanjos ao profeta, para que ele buscasse a proteção aos animais, metais, águas e plantas. (BOYCE, 1989, p.12)

Sobre a vida factual do profeta Zoroastro, mais aceita pelos historiadores, sabe-se que ele peregrinou em várias cidades e vilas da Pérsia, difundindo a doutrina zoroastriana para uma sociedade que até então era pagã. Durante sua peregrinação, Zoroastro encontrou o reinado de Lohrasp onde continuou seu trabalho, divulgando a fé zoroastriana, entretanto, essa atividade incomodou veementemente o rei Lohrasp, que questionou a fé zoroastriana e desacreditado, se fez opositor a ideologia monoteísta. Sendo assim, prendeu Zoroastro como forma de punição (SIVANANDA, 2017).

Certo dia, o rei passou dificuldades com seu cavalo predileto e solicitou ajuda para salvar a vida do animal. Zoroastro, por ter vivido em uma vila rural, se dispôs a ajudar o rei nesta causa, pois detinha conhecimentos específicos. Zoroastro obteve sucesso no salvamento do animal e, com isso, o rei demonstrou-se grato e decidiu soltá-lo e escutar seus ideais abertamente. Em pouco tempo, não só Lohrasp e sua família haviam sido convertidos à doutrina Zoroastrina, como também grande parte de seu povo. (SIVANANDA, 2017)

Mas, quem era Lohrasp Padshah (rei Lohrasp), essa figura cuja dinastia marcaria a vida de Zoroastro? Conta-se que Lohrasp era um governante gentil, nobre e piedoso de uma pequena província. Os relatos sobre Lohrasp contam que Sarosh Yazad guiou divinamente o Rei Kayaniano Kae Khushru para nomeá-lo como seu sucessor. O nome Avesta de “Lohrasp” é uma abreviatura de “*Aurv-at-aspa*” que significa "dono de um cavalo rápido" (SIVANANDA, 2017). Na tradição religiosa, Lohrasp é chamado “*Mithra-naa-saheb*” ou "mestre da força do pensamento” pois ele possuía um enorme poder sobre sua mente e pensamentos. Acredita-se que ele tenha tido a capacidade de projeção astral em outro lugar de tal maneira que parecia que ele estava simultaneamente presente em dois lugares. Portanto, o rei Lohrasp é reverenciado como uma alma altamente evoluída, espiritualmente avançada. As pessoas que estão mentalmente perturbadas, que são acoissadas por pensamentos negativos ou que têm pensamentos vacilantes podem orar a ele para obter ajuda. Sua imagem individual adorna muitos lugares religiosos. Em outro quadro, mais comum, vemos ele de pé ao lado de um “*Afarganyu*”⁵, do outro lado do qual está o profeta Zoroastro.

Imagem 1 – Lohrasp e o Zoroastro



⁵ Afarganyu é um incensário utilizado nos cultos religiosos zoroastrianos.

Imagem disponível em: <<http://www.renegadetribune.com/eastern-mythology-zoroaster/>> Acessada em: 02/10/2017

Lohrasp teve dois filhos, Vishtaspae Zarir. Por insistência de Vishtaspa, Lohrasp abdicou o seu trono a seu favor. O rei Vishtaspa foi o primeiro rei que se converteu ao zoroastrismo e fez desta religião oficial da Pérsia (SIVANANDA, 2017). Vishtaspa ficou conhecido como o rei patrono do profeta Zoroastro. Porém, a doutrina ganhou poder e projeção com Dário e Círio, que também assumiram a religião zoroastra como oficial da Pérsia e como recurso simbólico na bandeira nacional. Heródoto descreve Círio como o governante que fundou o império com base na generosidade em vez da violência e da tirania. Nesse sentido, é notável a influência da doutrina de Zoroastro sobre a política a tal ponto de Círio ser considerado antítese para o príncipe ideal de Maquiavel, pois um dos maiores ideais de liderança era baseado no princípio da cordialidade e respeito (HERODOTO, I. 136).

Há um desejo profundo e geralmente frustrado no coração de todos para agir com benevolência, ao vez de egoísmo, e uma boa instância de generosidade pode inspirar dezenas mais. Assim, estabeleci um tribunal majestoso onde todos os meus amigos mostraram respeito um ao outro e cultivou cortesia até florescer em perfeita harmonia. (KAPADIA, 2013, p.17)

Em epítome, conclui-se que tal ideal de liderança estabelecido por Círio foi baseado nos princípios morais e éticos de Zoroastro e na tríplice da bondade⁶. Estes princípios foram postos em prática no governo de Círio e o fez ficar conhecido como um dos maiores imperadores da história (KAPADIA, 2013, p.17). O zoroastrismo floresceu por muitas gerações. Entretanto, em 642 A.D, o mazdaísmo foi massacrado

⁶ Tríplice da bondade são bons pensamentos seguidos de boas palavras e boas condutas.

pelo Califado árabe de Omar durante a batalha de Nehâvand. Tal momento histórico foi descrito por Thomas Moore da seguinte forma: “O orgulho do Irã se foi para sempre, extinguido com a chama nas cavernas de Mithra. Não, ela tem filhos que nunca, jamais se tornarão escravos de muçulmanos, enquanto houver luz, terra, haverá sepulturas” (KAPADIA, 2013, p.49) Aos que não aceitaram se submeter ao regime islâmico pós-invasão árabe na Pérsia, restou o ostracismo: foram buscar hospitalidade na Índia oriental e, ali mesmo, formaram uma comunidade que preservou a cultura originária dos persas, conhecida como Parsis. Entretanto, é um equívoco acreditar que os iranianos somente tiveram contato com a Índia após a queda do império Sassânida.

O fato é que os antepassados indianos e iranianos formaram juntos a etnia ariana, em um tempo que antecede o surgimento dos Estados, Irã e da Índia. Nas narrativas Shahnameh dos reis Peshdadian e Kayanian do Irã antigo, encontramos uma referência à Índia em vários lugares. Como por exemplo, uma parte do noroeste da Índia, composta nos dias modernos por Sindh e Punjab, pertencia ao império aquemênico, e reis Sasanianos como Behram V (Behram Gur) e Chosroe I (Nosherwan Adel) tiveram relações políticas com a Índia. Assim, após a queda do império Sasaniano, a Índia era a escolha natural dos zoroastrianos iranianos como uma segunda casa, longe de casa, já que os zoroastrianos iranianos estavam conscientes da tolerância dos governantes indianos e da natureza inclusiva das religiões indianas (BOYCE, 1989, p.9)

Testamento de Darius: Túmulo de Darius em Naqsh-e Rostam

Rei Darius anuncia: Pela grandeza de Ahura Mazda, sou tão favorável ao que é reto / verdadeiro, não o que é tortuoso. Não é meu desejo que um homem pobre seja injustiçado por causa dos poderosos, nem que os poderosos sejam injustiçados por causa dos pobres. O que é reto, esse é o meu desejo. Eu não sou um amigo daquele que mente. Eu sou de acordo com sua conquista que o homem se exerce. Eu puno de acordo e na mesma proporção da sua maldade, daquele que faz o mal. Não é meu desejo que um homem seja mau, nem que um homem faça o mal não deve ser punido. Eu não acredito no que um homem diz contra outro homem até ouvir o testemunho de ambos. Fico satisfeito em estar ciente sobre o que um homem fez ou provocou de acordo com suas capacidades. É o que eu realmente desejo e o que me agrada. Minha compreensão e intenção são de tal maneira que você vê ou ouve sobre o que eu fiz, tanto em casa como no exterior. Esta é a minha agilidade no pensamento e na compreensão. (SKJAERVO, 2011, p.191).

A DOUTRINA

2.1. A ÉTICA ZOROASTRIANA

A composição do sistema ético zoroastriano pertence a um período posterior da era sassânida (224–651), mas as bases foram originadas pelo ensinamento do profeta Zoroastro. O pensamento construído pelo profeta persa foi o de prover uma premissa metafísica sólida e lógica à moralidade. A ética zoroastriana pressupõe que um homem é livre para escolher o seu destino. O homem sábio escolherá viver em conformidade com a verdade, transparência, honestidade, luz e ordem, o que o definirá como uma força do bem e colaborará para triunfar sob as forças do mal. O dever do indivíduo consiste deste modo, na luta cósmica em ter bons pensamentos, pronunciar boas palavras e praticar boas condutas. (LING, 1966, p.90)

A ética zoroastriana têm em sua doutrina os seguintes valores: devoção voluntária ou honestidade, veracidade, generosidade, moderação, tratamento ao outro com equidade e justiça. O que deve ser evitado e punido, especificamente, é o torto, o

desvio, o engano e a avareza ou ganância. Outro princípio relevante é o da moderação, não deve haver excesso de trabalho, nem a falta de ação, este elemento é primordial. O que contrapõe estes princípios são a ganância, a luxúria, o desejo, o ódio, a inveja, etc. Os termos mais genéricos são *frārōn* e *abārōn*, que significam, aproximadamente, "moralmente bom e mal". Ser sincero e honesto, em particular, inclui a abstinência da calúnia. (SKJAERVO, 2011, p.33)

A moralidade zoroastriana é definida por uma “Regra de Ouro” correspondente ao código moral, presente na concepção ideal de “não façais com o próximo o que não gostaríeis que vos fizessem.” De acordo com o Avesta, o dever do homem justo é seguir a tríplice dos bons princípios: “fazer do inimigo, amigo; fazer no iníquo, justo; fazer do ignorante, instruído.”

Um dos principais ensinamentos que merece destaque no ensinamento de Zoroastro é a completa liberdade de escolha do indivíduo e conseqüentemente, a responsabilidade correspondente inteiramente a essa escolha. O homem não é escravo de Deus, como é pregado na religião semita e singularmente no Islã, mas sim um ser que tem o completo livre arbítrio moral.

2.2 – O DUALISMO ENTRE O BEM E O MAL.

Na esfera espiritual do pensamento zoroastriano, a dualidade entre o bem e o mal tem a sua origem. O zoroastrismo é composto por panteões: Mitra referente a deusa do sol; Anahita como deusa da fertilidade; Haoma como deus touro da imortalidade. Embora, a doutrina seja composta por panteões, dentre toda a conceptualização de poder divino, se destacam as duas grandes forças que regem o Universo: Arimã representado como a força negativa e Ahura Mazda representado como o Senhor da Luz. A dualidade existente entre o bem e o mal, veio a influenciar a filosofia grega, a religião judaico-cristã e o islamismo. (LING, 1966, p.90)

O mundo antecedente a Zoroastro é composto por panteões que faziam alusões aos senhores feudais, líderes das tribos nômades. A imagem dos panteões pagãos colaboraram para a formação dos panteões do Zoroastrismo. Esse tipo de representação

resultou em uma coesão social marcada por crenças e ritos como os hinos cânticos do Udgatar e os mantras. Estas representações abriram o caminho para o monoteísmo de Zoroastro, que definiu Ahura Mazda como o "Senhor sábio", "Senhor sensato" e criador de toda universalidade. Os atributos de Ahura Mazda são sete, precisamente: 1) Luz; 2) Bom espírito; 3) Justiça; 4) Domínio; 5) Piedade; 6) Bondade; 7) Imortalidade. Ahura Mazda é quem dita os bons princípios a serem seguidos pelos homens determinado pela tríade dos princípios éticos zoroastrianos (bons pensamentos, boas palavras e boas condutas).

Fotografia 2 - Panteões do Zoroastrismo



Imagem Disponível em: < <http://www.marvunapp.com/Appendix/yazatas.htm>>

Acessada em: 02/10/2017

A dualidade zoroastriana é tida como um princípio ordenador do Universo são forças rivais do centro espiritual e moral – luz e trevas, bem e mal, paz e caos. O princípio fundamental de Zoroastro é a escolha moral – Verdade ao invés da mentira, a escolha da luz e ordem em oposição às trevas e do caos. Entretanto, esta é uma escolha que cabe ao discernimento e a livre escolha dos indivíduos. (LING, 1966, p.88). A crença zoroastriana é fundamentada na ideia de que o espírito em sua essência, não é completamente bom podendo ser também mau. De outro modo, o mundo material é definido como algo basicamente bom, porque é considerado como obra divina de

Ahura Mazda. O mundo físico é, portanto, visto como algo inerentemente bom pelos zoroastrianos e é por eles, respeitado e venerado, pois, as coisas materiais da terra devem ser utilizadas e prezadas pelos homens de forma sábia, isto é, que contribua de maneira saudável para o desenvolvimento intelectual e moral do ser humano.

2.3 O SIGNIFICADO DO PRINCÍPIO DOS BONS PENSAMENTOS

Os *Gathas*⁷ são proclamados por um *manthran* autodeclarado. É enunciado por alguém que possui uma profunda compreensão conceitual, existencial e poética. A base do *manthran* é elaborada pelo homem que possui o dom verbal, para enunciar as palavras em um "processo mental". A noção de clareza e foco dos pensamentos é atingida através da filtração de pensamentos, que é alcançada por meio dos *manthrans* proclamado em *Gathas*.

O conceito sobre Ahura Mazda se origina das palavras *manah*, que significa "pensamento" e *Manyu* significa "inspiração" ou "estímulo mental/mentalidade" dada no nível poético e no de escolha do sujeito, bem como *menog* significa "espírito". Sendo assim, Mazda é um substantivo cognato, composto por homem + *dã*, e é traduzido como "aquele que mantém a trilha mental" ou "aquele que é sábio/experiente". Uma etimologia para ahura é um verbo que significa "engenheiro". A tradução mais precisa das duas partes do nome *Ahura Mazda* é "Senhor Sábio" ou "Senhor Sensato".

A consciência acerca da tríade dos valores morais e éticos (bons pensamentos, boas palavras e boas condutas) inclui o mundo conceitual do pensamento e o corpóreo.

⁷ Os *Gathas* são, então, canções criadas por *manthras*, que também são descritas como *vitva*, "aquele que sabe". São, também, poesias métricas com conteúdo instrutivo sobre a natureza das coisas, que assumem um conhecimento subjacente por parte daqueles que as ouvem.

Essas dimensões são complementares e são notáveis através dos sentidos humanos dado pela da visão, audição e o sentimento instintivo. Acredita-se que as palavras pronunciadas ressoam entre as esferas. Ou seja, o pensamento é responsável pelas palavras que são ditas e pelas ações humanas. Ter bons pensamentos é seguir a tríade dos princípios éticos zoroastrianos, que seria ter boas palavras seguido de boas condutas. (ROSE, 2011, p.12)

A palavra é a extensão da manifestação material e da força fundamental. Uma característica adicional do homem é quando ele se permite entrar no "estado de pensamento" - típico dos deuses - o que o torna digno e capaz de obter contato com seu lado espiritual. É por isso que este estado de pensamento é chamado como o primeiro, primordial e importante, pois, constitui a natureza humana. *VohuManah*, é o pensamento bom e divino, garante a conexão entre o comportamento ritual e o princípio da estrutura cósmica ordenada. É a faculdade que permite ao homem reconhecer essa estrutura, compreendê-la e reproduzir em seu comportamento, numa percepção que o coloca em harmonia com deus e, de alguma forma, no seu nível: "pensar estrutura ordenada" é o ato arquetípico de Ahura Mazda. (KELLENS, 2000, p.107)

2.4 OS SISTEMAS SIMBÓLICOS DO ZOROASTRISMO.

A religião para Weber (WEISS, 2005, p.10) pode ser desenvolvida em três frentes principais. Em primeiro lugar, interessa-lhe a conduta do ser religioso, ou seja, a religião é um fator determinante na ação dos sujeitos em seu modo de convivência no meio social. Em segundo lugar, preocupa-se com a influência do comportamento religioso sobre outras dimensões da vida. A terceira frente concerne à preocupação em compreender os conflitos que podem resultar do choque entre os valores religiosos com os demais âmbitos.

O fenômeno religioso weberiano é o conceito "divino", que lhe parece mais fundamental que o de Deus, por isso, a ação religiosa é o que interessa. Definida como a relação do homem com o divino, seja esse divino a alma, os deuses ou os demônios. Nesse contexto, os símbolos são algo realmente importante, no sentido em que são um meio de se tornar algo tangível que é algo puramente espiritual. O Zoroastrismo tem

sua simbologia representada por duas representações, sendo a primeira delas o fogo, que simboliza o poder de Ahura Mazda; o fogo é uma fonte de luz e a luz representa a sabedoria, enquanto a escuridão representa a ignorância. Ignorância e escuridão é ausência de luz e sabedoria. O fogo também é um agente de purificação proeminente na escatologia zoroastrista, ao passo que todas as almas serão submetidas ao fogo e ao metal fundido para purificá-las de maldade (Skjærvø, harvard.edu, 2005). Estar diante de uma chama eterna recitando um mantra é uma maneira de contemplar a natureza da criação de Deus e como trabalhar em conjunto com a criação de Deus um ato de piedade e adoração. A segunda representação zoroastrista é, portanto, o Farvahar, simbolizado por um disco alado com o corpo de um homem. Este símbolo religioso-cultural foi adotado pela dinastia pahlavi para representar a nação iraniana. O símbolo é influenciado pelo "sol alado", usado como um lembrete de um propósito na vida, que é viver de tal maneira que a alma progrida em direção a Aura Mazda.

Fotografia3 – Simbologia do Fogo no Zoroastrismo

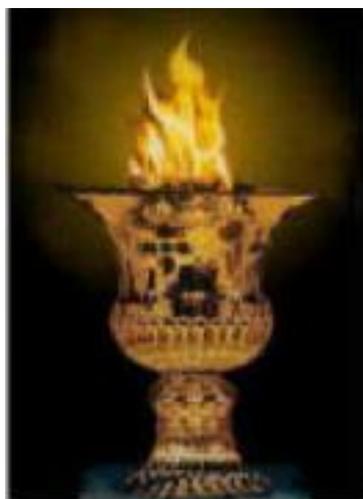


Imagem disponível em: <https://www.heritageinstitute.com/zoroastrianism/worship/fire.htm> Acessada em: 03/05/2017

Fotografia 4 – Farvabar, o símbolo do Zoroastrismo.



Imagem disponível em : <<https://myhero.com/Zoroaster>> Acessado em : 06/12/2017

Weber trata a religião como uma "ação comunitária", ou seja, mais do que um conjunto de crenças ou uma realidade que paira acima dos indivíduos, a religião é um tipo de ação. Ao definir a religião como uma ação comunitária, Weber ressalta o aspecto congregador da religião, que tem impacto sobre ação dos indivíduos na medida em que fornece parâmetros comuns para aqueles que pertencem a essa comunidade. Para Weber, toda ação religiosa é racional em algum grau, ao passo que apresenta alguma finalidade para a vida cotidiana.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1 ZOROASTRISMO NA GEOPOLÍTICA DO MUNDO ATUAL

Posteriormente a invasão árabe na Pérsia em 633, houve uma imposição coercitiva militar e econômica do islã sob a população persa. Sendo assim, o zoroastrismo foi silenciado e o Islamismo foi empoderado se tornando popular entre os persas e então a partir do século IX, que se tornam a maioria religiosa. Em contrapeso, os árabes absorverem vários elementos culturais persas, como por exemplo, o sistema do governo sassânida, seu padrão fiscal eficiente e seu moderno modelo de gabinete de vizires (ministros). Na mesma época, muitos artistas, cientistas, arquitetos e engenheiros persas que foram convertidos ao islã compuseram a conhecida era de ouro islâmica.

Apesar do enriquecimento mútuo entre as culturas, a invasão árabe não deixou de ser esquecida e continuou sendo palco de tensões entre persas e árabes. Houve vários levantes contra os árabes como forma de protesto de não aceitação a perda do poder territorial e a perda da identidade cultural da nação. Assassinatos contra governantes e atentados foram cometidos. Os persas sentiam-se injuriados por serem obrigados a viver sob o jugo de um povo que sempre enxergaram com desconfiança e desprezo. A hostilidade se agravava com o fato de muitos persas sofrerem discriminação, mesmo após se converterem ao islã. Esse ressentimento fomentou a aliança entre os iranianos a outros muçulmanos não árabes, como os curdos e turcos, contra o poderoso Califado Úmida, fundado por oligarcas da Meca instalados em Damasco, em 750. (ADGHIRNI, 2014, p.133)

"O Irã foi de fato, islamizado, mas não foi arabizado. Persas continuaram sendo persas. E após um intervalo de silêncio, o Irã ressurgiu como elemento separado, diferente e distinto dentro do islã." (LEWIS, 2011, p.12)

Há estudos históricos que se utilizaram de fontes árabes para ilustrar sua teoria de que, "ao contrário do que alegam alguns historiadores, os iranianos lutaram, na realidade, contra os invasores árabes" (MALAYERI, 2013, p.203) indicando assim o desdém dos persas pela influência e cultura árabe. Esta visão também sustenta que, uma vez conquistados, politicamente, os persas passaram a resistir aos árabes culturalmente, mantendo, por exemplo, o idioma e a cultura persa. Em 1501 o islã é declarado como religião oficial pelo monarca Xá Ismail, os zoroastristas passaram a ser perseguidos pelos muçulmanos no poder e, por conseguinte, começam a migrar e se refugiarem na Índia, região de Bombaim entre o séc. XV ao séc. XVII. Ali eles passaram a ser conhecidos como "parsis" e continuaram a praticar o Zoroastrismo. (KAPADIA, 2013, p.18)

Em 1979, houve o ressurgimento do islã na terra ariana, dado após a queda do governo monárquico do Xá Reza Pahlevi e o surgimento da revolução islâmica. O governo islâmico, liderado pelo líder religioso Aiatolá Khomeini, impôs o islã de forma autoritária para a população iraniana, visando manter a dominância teocrática no poder. Entretanto, ainda assim, é possível constar uma resistência à imposição

islâmica e uma difusão da cultura persa e da crença zoroastriana no Irã e na região mesopotâmica dada pelos povos curdos e yazidis (EKURD. NERD DAILY NEWS, 2015)

É impossível negar as fortes influências que a invasão árabe na Pérsia trouxe para o atual cenário geopolítico. Tal contexto envolve a participação de inúmeros atores. No Irã, os zoroastristas sofreram um desrespeito vindo do governo do Aiatolá Khomeini em 1980, desde a conquista do governo. Impuseram uma medida de retirada da imagem de Zoroastro dos templos de fogo zoroastristas no Irã e, em seu lugar, foi posto a imagem do Khomeini e, somente após alguns meses, foi permitido retomar a imagem de Zoroastro que, no entanto, somente poderia ser posta ao lado do novo líder religioso islâmico iraniano.

Em novembro de 2005, o aiatolá Ahmed Jannati, presidente do Conselho dos Guardiões da Constituição, realizou um discurso de ódio desprezando os zoroastrianos e outras minorias religiosas como "animais pecadores que percorrem a Terra e se envolvem em corrupção". Durante a conferência, o representante parlamentar dos zoroastrianos protestou contra e foi levado diante de um tribunal revolucionário. Ali, os mulás o ameaçaram com a pena de execução e lhe pouparam a vida com uma advertência para nunca mais desafiar as declarações dos líderes religiosos islâmicos. Por conseguinte, a comunidade zoroastriana sentiu-se acuada e recusaram-se a reeleger o representante parlamentar zoroastriano (BBC PERSIAN, 2017).

Nos últimos dois anos, muitos iranianos muçulmanos começaram a rejeitar publicamente os modos intolerantes da teocracia xiita, adotando símbolos e festivais do zoroastrismo. Essas ações são denunciadas como causadoras de "dano e corrupção" por aiatolás, a exemplo Khamenei e Jannati. Além dessas problemáticas, o cemitério zoroastriano fora de Teerã agora enfrenta outro desafio: o município planeja estabelecer uma rodovia que o cruzará. Algumas escolas e centros de devoção em outras fortalezas zoroastristas, como Yazd e Kerman, também foram notificadas da anexação pendente, que, inevitavelmente, pode causar danos aos patrimônios da comunidade. As reuniões comunais zoroastristas são monitoradas, rotineiramente, por

autoridades muçulmanas fundamentalistas iranianas que julgam o zoroastrismo uma "ameaça a segurança nacional e subverte a revolução islâmica" (CHOKSY, 2011).

As proteções oferecidas pela constituição da República Islâmica do Irã são inexistentes na prática. Não surpreendentemente, o regime diário de discriminação faz com que os zoroastrianos se sintam totalmente indesejáveis em sua pátria iraniana: somente 35.000, de um total de 90.000 zoroastrianos, permaneceram no país. Entretanto, aproximadamente 74 milhões de cidadãos se identificam facilmente como zoroastrianos, mas, com medo da perseguição do governo islâmico, não se assumem como praticantes da religião (CHOKSY, 2011).

Em fevereiro de 2017, por exemplo, a Associação dos Zoroastristas da Província de Yazd anunciou uma festa pública, conhecida como Sadeh para os visitantes e turistas da região. Porém, o líder da Oração das sextas-feiras, Taft Abu al-Ghassem Ghafoori, advertiu, com uma teoria da conspiração, que "o sionismo [Israel] e o imperialismo mundial [Estadunidense]" poderiam se aproveitar da chegada dos turistas a cidade para infiltrar-se e realizar atividades "antirrevolucionárias". Ele também pediu às autoridades locais para estarem vigilantes (BBC PERSIAN, 2017). O Conselho Supremo de Segurança Nacional pronunciou-se contra a festa Sadeh, alegando que este evento tem como objetivo "destruir o espírito de harmonia e cooperação entre as religiões, raças e grupos étnicos santos" (BBC PERSIAN, 2017). Abu al-Ghassem Ghafoori pediu ao Conselho Supremo de Segurança Nacional que agisse de acordo com a lei e exigiu que as decisões do Conselho fossem tomadas com o propósito de deter "o comportamento antiético e ilegal" referindo-se ao evento zoroastriano.

Ainda sob esse cenário geopolítico, é possível mencionar o caso dos Curdos. A religião original dos curdos é o Iazidismo, a qual é muito influenciada pelas crenças judaica, zoroastriana, cristã e islâmica. Todavia, há diferenças significativas entre o Iazidismo e o Zoroastrismo, como a crença na reencarnação. A maioria dos iazidis vive no Curdistão iraquiano, nas vizinhanças de Moçul e Sinjar. O Iarsanismo é praticado no oeste do Irã, principalmente nos arredores de Kermanshah. Entretanto,

atualmente a maioria dos curdos é oficialmente muçulmana, pertencendo à escola Shafi'i do Islamismo sunita (IAZADY, MEHRDAD. A 1991).

Práticas sufistas estão também disseminadas entre os curdos. Há também uma minoria curda que é xiita, vivendo principalmente nas províncias iranianas de Ilam e Kermanshah e no leste do Iraque (curdos feyli). Os alevitas são outra minoria religiosa entre os curdos, encontrados principalmente na Turquia. Os curdos têm como cultura própria "abraçar o Islã suavemente", o que significa que sua fé tende a não ser tão assertiva quanto em outras áreas. Uma consequência disso, por exemplo, são as grandes liberdades que gozam as mulheres curdas; elas vestem hijab coloridos, deixando a mostra parte dos cabelos, deste modo, seus *hijabs* são menos restritivos, elas não se vestem com vestidos pretos, como o xador iraniano (MEHRDAD. IZADY, 1991).

É perceptível que a cultura curda descende da cultura persa zoroastrista, entretanto, na realidade vigente, o Islamismo se sobrepõe a origem cultural dos curdos. Em fevereiro de 2017, clérigo islâmico do Grupo islâmico do Curdistão (KIG) declarou em uma entrevista à BBC que os curdos que abandonarem o Islã para se converter ao zoroastrismo devem ser assassinados; ou em suas palavras seriam "Executados"(SMITH, 2017). O clérigo estendeu sua mão de misericórdia, permitindo que esses conversos em até três dias se arrependam de sua decisão, mas, ainda assim, depois disso seriam executados. Em uma ironia quase brutal, Mulla Hassib de Sulaimani, disse que os princípios religiosos islâmicos permitem tais execuções, e acrescenta em sua fala que a prática do ISIS de matar apóstatas é parcialmente correta, todavia, critica a organização terrorista pela divulgação da religião Islâmica por meio da "violência" (SMITH, 2017). Há então, uma intolerância e perseguição aos curdos que desejam retornar às suas raízes culturais e doutrinárias, inclusive, são apoiadas as práticas terroristas do Estado Islâmico a fim de silenciar o movimento zoroastrista.

No que se refere aos termos de reconhecimento, o zoroastrismo é reconhecido como uma crença religiosa conforme a Lei nº 5 de Proteção dos Componentes do Curdistão iraquiano desde 2015, que é nova e positiva, contudo, ainda não foi permitido legalmente um templo zoroastrista. É constatado também que há

perseguições da comunidade islâmica contra os zoroastristas no Iraque e, por esta causa, o povo iraquiano como um todo, sente um temor para assumir a conversão pública da doutrina zoroastrista. A prática da fé é realizada de forma oculta, conseqüentemente, não se torna possível enumerar os zoroastristas na região do Iraque. Apesar de toda dificuldade encontrada, o zoroastrismo encontra cada dia mais adeptos ao movimento. Esse fortalecimento da doutrina zoroastrista se deve a má associação que a população mediterrânea tem tido com a conduta fanática terrorista do Estado Islâmico; a busca pela liberdade religiosa; princípios da doutrina como o respeito e zelo ao meio ambiente, respeito ao gênero feminino (a mulher ganha voz e espaço na prática da doutrina zoroastriana); princípio da verdade (exemplo: valorização do amor verdadeiro e não pelo amor comprado, dado pelo dote, como é na prática islâmica); Moral e ética, princípios puros que não abrem espaço para interpretações fundamentalistas e radicais como o Islamismo (REDEFERN, 2017).

O Estado islâmico (ISIS) tem como um de seus atos políticos a destruição de monumentos históricos milenários referentes à Pérsia Sassânida zoroastrista, todavia, tal ato, além de ser repudiado pelo povo iraquiano, ainda ganhou mais visibilidade e valorização das raízes culturais e, como resultado disso, um garoto de 17 anos, recriou os monumentos históricos visando impedir o silenciamento histórico cultural Persa (NUNES, 2017). O ISIS também tem como ato de perseguição o massacre contra a comunidade yazidi e sequestro de moças yazidis, que são reféns como escravas sexuais e estupradas pelos integrantes do grupo do Estado islâmico. O povo yazidi é discriminado em sua religião, o yazidismo, por terem influências religiosas e culturais zoroastristas. Os Yazidis são vistos como "adoradores do diabo" pela comunidade islâmica iraquiana.

Fotografia 5– Restauração dos monumentos históricos



Imagem disponível em: <<http://razoesparaacreditar.com/artes/garoto-de-17-anos-recria-estatuas-historicas-destruidas-pelo-estado-islamico/>> Acessada em: 29/09/2017

A religião é resultante de situações sociais, políticas, econômicas. Em suma, é decorrente da realidade. Toda religião é dada por meio das experiências culturais vivenciadas pela sociedade. Estudar fenômenos religiosos contribui para a identificação de problemas da realidade histórica. É fundamental buscar compreender culturas e identificar os comportamentos resultantes da coesão social e dos aspectos intrínsecos a ela, como a religião. O desafio desse estudo social é desprender-se dos conceitos hegemônicos construídos sobre a realidade do Oriente Médio, e assimilar as heranças e influências do contexto histórico sob a práxis hodierna desses povos. É notório que a invasão árabe trouxe uma série de consequências geopolíticas para a região do Oriente Médio e toda a questão de rivalidade entre árabes e persas se deve a uma imposição autoritária do islã contra estes povos que tem suas raízes zoroastristas e não se identificam com a cultura árabe e nem islâmica. Esse movimento islâmico busca, a todo esforço, silenciar a cultura persa zoroastrista por meio de práticas como: impedir a realização de eventos zoroastristas, o desrespeito com o espaço religioso/cultural, o não reconhecimento da religião, a perseguição sob pena de morte

ou perseguição governamental/ legal com a desconsideração dos direitos civis, a destruição de monumentos históricos, o terrorismo feito às mulheres iazidis⁸ tornando-as reféns e escravas sexuais (THE NEW YORK TIMES, 2016). Estes fatos são ignorados na agenda internacional e, enquanto isso há um grande incremento no fluxo de refugiados que sentem dificuldades para obter legalidade nos países ocidentais, porque estes mantêm uma visão xenofóbica e estereotipada para com estes povos. Por estas razões, torna-se evidente a relevância de se estudar o Zoroastrismo e as consequências pós-invasão árabe na Pérsia, essa rivalidade não deve ser desmerecida e desconhecida, pois é de direito de todo cidadão a autodeterminação dos povos e a vivência em paz e com dignidade, livre de perseguição étnica, cultural e religiosa.

Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (BRASIL. Decreto n° 19841, de 22 de outubro de 1945).

⁸O iazidismo não é um ramo religioso, entretanto, expõe as influências de muitas religiões do Médio Oriente. O substancial da cosmologia iazidis tem origem iraniana e pré-zoroastriana, ademais integra elementos de antigos cultos da natureza, advindos de influências cristãs e zoroastristas. (AÇIKYILDIZ, 2014, p.71)

3.2 – O CILINDRO DE CÍRIO E O CONCEITO DE TOLERÂNCIA.

A tolerância tem como conceito histórico a ideia de convivência entre as crenças diversas (primeiramente religiosas e posteriormente políticas). Em tempos hodiernos, a tolerância gira em torno da resolução de questões problemáticas relacionadas a xenofobia, homofobia, racismo, machismo e a exclusão social de minorias como idosos, deficientes físicos e pessoas com transtornos mentais. Para a compreensão do termo tolerância, é necessário ter em mente o significado do seu termo antagônico, a Intolerância.

A intolerância emana da concepção de possuir a verdade e é entendida como uma ideologia acatada de forma acrítica e passiva a qual é difundida por costume, tradição e/ou por uma autoridade cujos ditos são reconhecidos sem discussão. Sendo assim, a tolerância se concretiza em forma de conceito seguindo os princípios da equidade e reciprocidade, elementos cruciais para formação da convivência pacífica, fundamentada no *modus vivendi* “se me toleras, eu te tolero”. A tolerância neste sentido, é também uma forma de autoproteção, afinal perseguir abre precedentes para que eu seja perseguido e tal percepção acaba tendo um peso maior do que a briga pelo valor da verdade. Nasce então, a prudência política positivada na “recusa consciente da violência como único meio para obter o triunfo das próprias idéias”. (BOBBIO, 2009, p.87) Esta prudência política ornamentada no conceito de tolerância advém de uma razão moral que prega o respeito à liberdade e a benevolência em face do outro.

O plano ideológico do Império Aquemênida de Círio foi fundamentado por meio dos princípios zoroastristas sobre justiça e livre-arbítrio. Em 538 a.C, o imperador Círio ao conquistar a Babilônia, localizada no atual Iraque, buscou ter uma conduta pacífica com o povo babilônico, legitimando o plano ideológico de seu Império, por meio das leis instauradas no cilindro, responsáveis pela libertação escravocrata da nação babilônica anteriormente governada pelo rei Cresus.

- I. I declare that I will respect the tradition, customs and religion of the nations of my empire and never let any of my governors to look down or insult the inhabitants of my nations.
- II. I hereby abolish slavery; my governors are ordered to prohibit exchanging men and women as slaves within their ruling domains. Such a tradition should be exterminated the world over.
- III. If anyone oppresses others, should it happen, I will take his/her right back and penalize the oppressors.
- IV. Today I declare Freedom of Religion. All are free to choose any religion, live in all regions and take up any job provided that they never violate other's rights. (FIRST DECLARATION OF HUMAN RIGHT BY CYRUS THE GREAT.)

Imagem 6 - Cilindro de Círio.



Disponível em : < http://thehouseofiran.com/wp-content/uploads/2016/05/Cyrus_Human_Rights.pdf> Acessado em : 02/04/2018

O cilindro de Círio manteve seu território conquistado unificado e é tido como a primeira declaração dos direitos humanos. A reverência ao cilindro de Círio ganha relevância no governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi que adota o símbolo do cilindro na moeda nacional e na simbologia oficial da monarquia pois, a simbologia do cilindro remete a era de ouro persa antecedente à invasão árabe e é, portanto, um aparato ideológico antagônico ao Islam. Tão forte é a relevância desta simbologia que em 2016, milhares de iranianos se uniram em frente a tumba de Círio, localizada em

Parságada, em comemoração ao 2500º aniversário da fundação da dinastia Aquemênida e protestaram contra o governo islâmico cantando a seguinte frase “liberdade de o pensamento não pode acontecer com barbas”, frase que faz referência de forma descritiva aos homens políticos clérigos islâmicos do governo islâmico vigente e em seguida, clamaram a favor do retorno a antiga monarquia do Xá Pahlavi e levantaram a antiga bandeira do Irã bandeira simbolizada pelo sol e leão. (NAZARIAN, 2016)

Contudo, vale ressaltar que a tolerância pregada no governo do Reza Xá Pahlavi teve suas limitações, o que corroborou para a queda de seu governo pois “nem mesmo a tolerância positiva é absoluta.” (BOBBIO, 2009, p.87) O meio termo que tange a tolerância da intolerância é a variável que define “o aceito do não-aceito”. Esta variável avalia o quão tolerante uma sociedade ou governo são. No caso do Reza Xá Pahlavi, ele adotou medidas em prol da emancipação feminina e vetou o uso de símbolos religiosos como o hijab e o xador, tais medidas foram em busca de uma maior autonomia política em seu governo, entretanto, inviabilizaram o diálogo com os grupos étnicos/religiosos islâmicos, o que conseqüentemente provocou uma revolta populacional contra o seu governo.

Imagem 7 – Antiga bandeira iraniana, antecedente a Revolução Islâmica.



Imagem disponível em: <<http://iranpoliticsclub.net/flags/pahlavi/index.htm>> Acessada em:02/04/2018

Imagem 8– Moeda da monarquia do Xá Mohammad Reza Pahlavi



Imagem disponível em :
<http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details/collection_image_gallery.aspx?assetId=152392001&objectId=1646295&partId=1>
Acessada em : 02/04/2018

Imagem 9 – Símbolo oficial da monarquia do Xá Mohammad Reza Pahlavi



Imagem disponível em: <http://www.getty.edu/art/exhibitions/cyrus_cylinder/>
Acessada em : 02/04/2018.

Imagem 10– Protesto contra ao Governo Islâmico em frente a tumba de Círio.



Imagem disponível em: <http://www.breitbart.com/national-security/2016/10/30/iranians-protest-regime-king-cyrus-tomb/> Acessada em: 02/04/2018

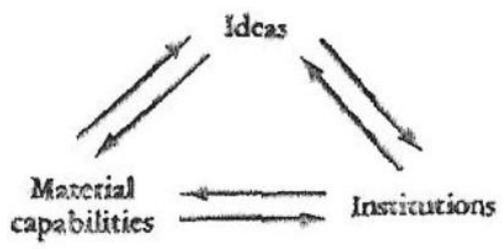
3.3 – O ZOROATRISMO E A CONFIGURAÇÃO DA ORDEM MUNDIAL PÓS HEGEMÔNICA

Gramsci, em sua definição sobre hegemonia estabelece que esta seja dada pelo exercício dos meios de solução de conflito sem o uso da força. A dominação sob os mais fracos seria dada pelo plano ideológico que é fundamentado em valores (preceito moral e asserção de regras e comportamentos); crenças (formação de imagens simbólicas, representações saberes compartilhados e pressupostos das relações entre os sujeitos da estrutura social) e conhecimento (liderança na produção científica e artística). Portanto, o poder coercitivo perde sua necessidade, já que o dominador consegue influenciar o mais fraco, utilizando-se apenas do aparato ideológico, desta forma, o dominante estabelece seus interesses de certa forma que estes aparentam ser o de todos. Neste sentido, Robert Cox elucida com clareza, a elaboração da ordem hegemônica.

Hegemonia no nível internacional não é, então, meramente uma ordem entre Estados. É uma ordem dentro de uma economia mundo com um modo de produção dominante que penetra em todos os países e vincula outros modos de produção subordinados. É também um complexo de relações sociais internacionais que conecta as classes sociais de diferentes países. A hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica, uma estrutura política; e não pode ser apenas uma dessas coisas, mas todas as três. A hegemonia mundial é, ainda mais, expressa em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e essas forças da sociedade civil que agem através das fronteiras nacionais, regras que sustentam o modo de produção dominante. (COX, 1983, 137)

A configuração da ordem hegemônica se estabelece na circunstância descrita, difundida pelo plano ideológico, citado acima e por meio do plano material que é composto pelos seguintes elementos: Segurança (supremacia militar, capacidade de destruição); Economia (excelência produtiva, domínio comercial); Tecnologia (domínio de inovação e pesquisa) e Finanças (poderio da moeda e do crédito). Tanto o plano ideológico quanto o plano material são configurados e concebidos pelas instituições. A interligação entre as ideias, capacidades materiais e instituições compõem a estrutura histórica definida por Robert W. Cox:

Capacidades materiais, ideias e instituições. Nenhum determinismo unilinear precisa ser assumido entre essas três; a relação pode ser assumida como sendo recíproca. A questão de em que sentido as linhas de força se deslocam é sempre uma questão histórica a ser respondida por um estudo do caso particular [...] A institucionalização é um meio de estabilizar e perpetuar uma determinada ordem [...] Instituições são um amálgama particular de ideias e poder material que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento das ideias e capacidades materiais. (COX, 1981, 98).



A estrutura histórica conceituada por Cox ilustra como a ordem hegemônica é configurada. Embasado todo o conhecimento sobre os conceitos amostrados, inicio uma análise da ascensão do Zoroastrismo na Pérsia e seu declínio com a invasão árabe e ascensão do Islamismo. A Pérsia ganha visibilidade e seu absoluto poder hegemônico na região, no ano de 550-330 a.C, no Império Aquemênida, governado por Círio, o Grande. Seguindo a estrutura histórica dada por Cox, o império de Círio representa a instituição, o zoroastrismo como objeto de crenças e valores éticos facultados como a religião e doutrina oficial do governo, o que representa o plano ideológico. A classe intelectual aristocrata responsável por toda criação filosófica, poética e científica bem como, todo o poder coercitivo dado pela grandeza e fortaleza do exército de Círio, as moedas do sistema financeiro persa e todo o comércio bem-sucedido com as demais regiões desde África ao leste asiático representam as capacidades materiais. A interligação entre as ideias, capacidades materiais e instituições configurava a ordem hegemônica persa, e a consistência dessa base política colaborou essencialmente para a extensão do império, que alcançou seus inúmeros territórios que se tornavam fieis ao império de Círio, pois o imperador usava do aparato ideológico zoroastriano como uma ferramenta de respeito aos demais povos e culturas. A doutrina zoroastriana era apenas uma ferramenta que estabelecia uma diretriz teocrática, normativa e ética no império a fim de manter a paz e ordem entre os súditos. A grandeza das capacidades materiais e o aparato ideológico pacifista reduzia o uso coercitivo do império (sendo este mais utilizado em ataques externos). Fatores imprescindíveis que elevaram o poder hegemônico persa e o respeito ao imperador Círio e a mesma ordem hegemônica persa foi mantida equitativamente no governo de Dário, Xerxes e no Império Sassânida dada no ano 224 a 651.

Após a invasão árabe na pérsia houve o declínio do império persa, decorrido por meio do assassinato ao último imperador sassânida Izdegerdes III. A conquista da Pérsia pelos árabes foi alcançada por meio do uso da violência, os persas foram submetidos ao idioma e a religião islâmica sob pena de morte, e de fato, grande parte da população foi massacrada, a outra parte aceitou a conversão ao islã, mas ainda assim se negaram a abrir mão do idioma persa. A resistência contra a dominação árabe e a busca pelo resgate da cultura persa foi disseminada pelo aparato ideológico

denominado em persa de Shahnameh, o livro dos reis, redigida no século X, pelo escritor iraniano, Ferdusi. O livro Shahnameh é uma obra literária que retratada pela narração da história e a mitologia do Irã, desde a criação do mundo até a conquista pelos árabes no século VII. A obra é composta por 62 histórias (990 capítulos) e 56.700 dísticos (estrofes de dois versos). Em um momento histórico onde os árabes não só proibiram o idioma persa como também substituíram todos os documentos escritos, o livro Shahnameh é tido como o fruto do renascimento do idioma e literatura persa. Portanto, considerado como algo revolucionário. A obra foi um aparato ideológico essencial contra a hegemonia tirana dos árabes.

Neste momento, pós-invasão árabe, a geração futura dos persas é titulada como iranianos, os iranianos são os persas que foram islamizados e não arabizados. O idioma do iraniano é o persa moderno, o farsi que sofreu algumas influências de palavras árabes, mas a língua em si como: a grafia, a gramática e o vocabulário continua sendo o persa. Pós-invasão árabe, os iranianos vencem os árabes e passam a governar seu território novamente. Entretanto, modificam o aparato ideológico que até então era zoroastriano e passa a ser islâmico xiita. A tradição islâmica percorre os governos iranianos entre o século XVI ao século XX. O governo que quebrou a tradição teocrática islâmica foi o do Reza Shah Pahlavi, sua monarquia foi laica e uma das medidas tomadas para a quebra do poder hegemônico islâmico instalado, foi a campanha lançada em seu governo em favor da emancipação das mulheres e o veto aos símbolos religiosos, inclusive ao véu islâmico, conhecido como hijab e/ou xador. Tal medida foi tomada em busca de uma redução da intervenção religiosa islâmica, visando uma maior autonomia em seu governo. Porém, o movimento anti-islâmico foi malvisto pela sociedade iraniana, a qual foi liderada por movimentos marxistas que atrelavam a corrente ideológica islâmica como aliada, tal movimento pregava a promoção da igualdade econômica entre as camadas sociais, que supostamente, seria um elemento para a ascensão econômica do país, o que estaria relacionado com os bons costumes conservadores pregados pelo Islamismo.

A revolução islâmica de 1979 foi liderada pelo Ayatollah Khomeini, que para a surpresa do povo iraniano, instaurou uma república ditatorial islâmica, um governo

extremamente rígido, rigoroso e violento. A população iraniana perdeu a liberdade religiosa, a liberdade de expressão e tantas outras liberdades anteriormente conquistadas no governo monarquista Pahlavi, fato que ocasionou em uma insatisfação do povo iraniano em relação ao governo islâmico instaurado. Prova desta insatisfação popular foi à série de manifestações contra o governo islâmico em 1981, 2010 e 2017 e as constantes repressões do governo contra os eventos culturais e símbolos religiosos que remetem ao zoroastrismo e as demais vertentes religiosas.

Todo este contexto histórico traçado cabe como análise para a configurações da estrutura de hegemonia e ordem mundial de RobertW.Cox. Segundo os conceitos do autor, as forças sociais influenciam as formas de Estados que por sua vez, interferem diretamente na ordem mundial. A interpretação de Cox justifica a mudança constante de governos desde Pérsia Antiga ao Irã contemporâneo, essas mudanças de governo foram sempre atreladas às forças sociais que carregam ideais e capacidades materiais capazes de modificar a instituição vigente instaurada. É por essas razões que o atual governo islâmico iraniano é tão rígido ao ponto de restringir a liberdade religiosa, pois tem consciência que a religião é uma potente força ideológica capaz de dizimar o seu poder hegemônico vigente nacionalmente e no âmbito da ordem mundial. O zoroastrismo se encontra como um potente aparato ideológico que perpetuou crenças, valores éticas e diretrizes normativas por milênios e até na atualidade seu símbolo é motivo de orgulho como cultura persa para os iranianos. A simbologia zoroastrista, se perpetuada como um agente de coesão social é capaz de interferir diretamente no governo islâmico vigente, desta forma, agindo como um movimento pós-hegemônico e contra hegemônico islâmico capaz de modificar a forma institucionalizada do Estado, o que conseqüentemente, interferia na ordem mundial de forma a pregar princípios em prol do empoderamento feminino, transparência na política, tratamento justo e com equidade tanto as grandes potências bem como aos países em desenvolvimento, tolerância religiosa/étnica, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Princípios estes que são opostos ao governo islâmico iraniano o qual inclusive, mantém-se no poder por única e exclusivamente razão de ter uma grande dominância em seu plano material, da qual consiste por intermédios da supremacia

militar do Estado, que utiliza seu aparato coercitivo para dirigir a população de forma repressiva.

3.4 O ZOROASTRISMO E A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A pertinência deste trabalho e sua relação com a teoria estão associadas aos desdobramentos mais recentes da política internacional e da discussão acadêmica das Relações Internacionais. As mudanças ocorridas no sistema internacional com o fim da guerra fria alimentaram esperanças de um mundo mais integrado, pacífico e próspero. A globalização da economia, o avanço da tecnologia e a adoção das instituições multilaterais não têm sido suficientes para difundir um crescimento econômico mais justo, incorporar sociedades mais pobres ao mercado mundial, diminuir as desigualdades sociais na política global, conforme alguns analistas haviam previsto anteriormente. As promessas consoladoras de progresso econômico e tecnológico para um mundo melhor têm sido desacreditadas pelo ressurgimento de conflitos permeados por segmentações culturais, étnicas e religiosas (ABRI-ISA, 2009).

O quadro mundial caracteriza-se por um paradoxo. Ele consiste no fato de que enquanto os meios de comunicação se desenvolvem e se tornam mais capazes de transmitir os problemas e as necessidades mundiais, e enquanto melhora a educação que faculta as pessoas pensarem racionalmente sobre a inevitabilidade do conflito e a necessidade da supressão das necessidades, há evidências de que apenas o aumento da inteligência e o progresso dos meios de comunicação não garantem o desenvolvimento nem ações de política externa positivas. Niebhur (2001: p. 85) entende que a resolução deste paradoxo depende de uma discussão que coloque em pauta o problema ético e moral das relações internacionais, o que equivale a dizer, em termos práticos, que a capacidade das nações de conceberem um significado positivo para a política externa está em conformidade com a sua percepção sobre as necessidades das outras pessoas – uma percepção moral, sensível do outro. Para alcançar a visão do outro, ou melhor, a alteridade nas práticas internacionais, é preciso que as Relações Internacionais, enquanto uma disciplina acadêmica, encontre formas de equacionar diferenças,

pesquise pontos de convergência e reconhecimento mútuo para que se possa criar uma espécie de supra intersubjetividade, isto é, uma ponte entre subjetividades distintas e separadas das diferentes tradições que coexistem no mundo (COX, 2000: p. 196).

Para o surgimento de uma ordem internacional que satisfaça anseios éticos e morais, equacionando diferenças, é preciso buscar novas maneiras de se pensar e agir. A busca inicia com o esforço de compreender outros pontos de vista, justamente aqueles pontos de vista que parecem desafiar mais claramente as formas de percepção e atuação vigentes na política internacional, as “perspectivas hegemônicas”. Razão primordial para revisitar o pensamento de Zoroastro. A tradição persa ou zoroastriana corresponde a uma maneira muito diversa de se pensar a realidade e a política, uma maneira não ocidental, e que, ao mesmo tempo, atende a alguns anseios da mente ocidental: busca por sustentabilidade; harmonia individual e coletiva; bem-estar físico integrado a um senso de espiritualidade. Nesse sentido, Zoroastro pode ser uma porta de entrada para acessar alternativas de pensamento e ação.

“Vivemos uma era de mudança estrutural”; com essa afirmativa, Robert Cox inicia o texto intitulado “Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial”, publicado em 1992 (no Brasil, publicado no ano 2000). A assertiva de Cox procurava indicar que qualquer problematização da política global deveria pressupor a existência de estruturas básicas, a partir das quais tipos significativos de entidades estariam envolvidos em formas de relação. A questão, porém, não é tão simples. Kenneth Waltz, por exemplo, em *Teoria das Relações Internacionais*, havia procedido justamente dessa maneira ao conceber um modelo estrutural para, em seguida, pensar as forças que determinam a interação de entidades políticas e sociais, os estados (WALTZ, 2002). Sob esse aspecto, a proposta de Robert Cox é diferenciada; apesar de convidar o estudante a investigar as estruturas por detrás da ação, ele dirá que toda conceituação sobre o mundo partirá de certezas ontológicas. Quer dizer que os termos de investigação utilizados para investigar o mundo, ou melhor, os termos empregados para definir uma estrutura social subjacente à ação sociológica – como equilíbrio de poder, sistema, estados, ordem mundial – carregará consigo graves implicações. Por exemplo: ao usar o termo *política global*, Cox acreditava que o investigador poderia

privilegiar atores sociais impossíveis de serem apreendidos por intermédio de um conceito como *política internacional*, que tem, como ponto de partida, uma ontologia: a política internacional é uma relação entre estados, o que é problemático e simplificador, pois não privilegia, por exemplo, as pessoas ou os valores morais que orientam as sociedades num certo período de tempo (COX, 2000, p.184).

A verdade é que no princípio de qualquer investigação sobre as estruturas sociais está a ontologia; ponto de partida ontológico que está aberto ao questionamento. Mas, de onde decorrem as ontologias? Naturalmente, são escolhas e as escolhas ontológicas decorrem do investigador; elas advêm da sua experiência histórica, da sua formação cultural, intelectual, moral e religiosa (SMITH, 1996, p.1-44). Se a ontologia é o ponto de partida da investigação, todo aquele que estuda as teorias das Relações Internacionais – teorias que identificam e explicam as forças que compõem estruturas sociais e políticas em escala global –, deveriam se perguntar, antes de tudo, sobre quais são as estruturas ontológicas implícitas de pensamento e prática na narrativa estudada. O ponto é exatamente esse: em toda teoria não há apenas a explicação de uma estrutura “objetiva” do mundo; na verdade, a explicação de uma estrutura “lá fora” parte de uma estrutura ontológica “implícita” de pensamento e prática, que nasce e aflora no espírito do escritor (ASHLEY, 1996, p. 240-53).

O ponto é que tais estruturas “implícitas” de pensamento e prática, que podem ser denominadas por “estatutos ontológicos” constituem parte do mundo que vemos e atuamos; e elas persistem, às vezes, centenas de anos como “estoques de conhecimento”, ou melhor, como mananciais de “verdades” que são utilizados para julgar o certo e errado, para orientar o comportamento, para criar uma base de discurso social e intelectual, para ajudar a conceber práticas e formas de interação com a natureza. Há um ponto no tempo, porém, em que elas se mostram problemáticas ou insuficientes para responder aos anseios da sociedade Cox (2000) e Wendt (1992). É quando chega a hora de empreender revisões ontológicas.

Em momentos conturbados, de crise social ou colapso ético-religioso, é preciso investigar os estatutos ontológicos das teorias, das explicações ou discursos

intelectuais vigentes na sociedade, de tal modo que se possam encontrar as prováveis falhas; localizar as limitações que as têm tornado incapazes de apontar práticas positivas, capazes de aplacar a dúvida, o ceticismo, a desordem ou a perda de rumo existencial (DEVETAK, 2005). Na atualidade esse problema tem voltado com insistência no mundo das ciências sociais (Trindade, 2002). Nas Relações Internacionais, a principal linha de explicação para certo desencanto com a disciplina tem sido o argumento de que essa ciência é de pouca ajuda para evitar os conflitos no Oriente Médio e em outras partes do mundo. O relativo fracasso das teorias universalistas em prevenir as guerras e prever crises e transformações tão profundas como o fim da guerra fria contribuiu para o enfraquecimento das tradições teóricas mais exuberantes como a norte-americana. Mesmo que essa vertente, em virtude de sua consistência epistemológica, permaneça sendo ensinada e reproduzida nos cursos de graduação e pós-graduação, despertou-se o entendimento de que novos caminhos precisam ser explorados, incluindo as trilhas que se estendam pelo passado. A tarefa que as correntes pós-modernistas das Relações Internacionais têm proposto é justamente a de voltar ao passado com o intuito de reencontrar pontos de partida, de rever os projetos vencidos e não explorados, de resgatar as doutrinas silenciadas e esquecidas no tempo entre lutas sociais: trata-se de uma “arqueologia do saber”. Afinal, seriam os projetos perdidos e as doutrinas silenciadas boas alternativas? A pergunta justifica a pesquisa que se permite empreender uma revisão das ontologias convencionais.

Nesses termos, o presente trabalho propõe o resgate do Zoroastrismo, uma doutrina fundada na antiga Pérsia. O Zoroastrismo é uma doutrina monoteísta, fundada por Zoroastro, ou Zaratustra, profeta, poeta e legislador que viveu e ensinou na mesma época de Sólon e Tales, cerca 558 a.C. (IQBAL, 2001, p. 4-5). Desde sua fundação até o ano de 549 a.C., o Zoroastrismo se difundiu pela região que hoje compreende o Irã, o Afeganistão, o oeste do Paquistão, o sul do Turcomenistão e uma pequena área do Azerbaijão. Após um período de expansão e consolidação, o Zoroastrismo viveu um processo de retração quando a Pérsia foi invadida por Alexandre, o Grande, no ano de 330 a.C. Durante a conquista de Alexandre, boa parte da classe sacerdotal zoroastriana foi dizimada e Persépolis, a antiga capital do império persa, foi incendiada. O incêndio

fez desaparecer os textos doutrinários que estavam conservados na biblioteca da cidade. Apesar do trágico evento, o Zoroastrismo sobreviveu à conquista de Alexandre e foi restaurado por volta de 224 a.C, tornando-se, lentamente, a religião das massas e sendo praticado, até o século VII d.C., por pessoas que habitavam um território que hoje compreenderia boa parte do Oriente Médio até as fronteiras da China. A culminância de sua nova expansão ocorre concomitante com a conquista árabe, quando a Pérsia se converte ao Islã. Nesse contexto, os zoroastrianos passam a ser considerados minoria e sofrem pesados tributos e pressões sociais, com o intuito de forçá-los à conversão. Aos poucos, o Zoroastrismo é silenciado e vencido pelo Islã, apesar de haver sido preservado em comunidades de zoroastrianos refugiados na Índia, os *Parsis* (DUCHESNE-GUILLEMIN, 1962); (WIESEHÖFER, J., 1996); (SKJAERVO, 2005, p. 1-5; 10-12).

A doutrina de Zoroastro está contida no *Avesta*, uma forma compilada de diversos hinos: *Yasna*, *Yasht*, *Videvdad* e *Hâdôkht Nask*. Os hinos propõem uma ética prática e uma leitura muito particular sobre a constituição da realidade. A ética prática zoroastriana é constituída por duas dimensões: ideias e ações. A vida ética de um indivíduo inicia com o reconhecimento das virtudes elementares, expostas na *tríplice da bondade*. Do ponto de vista ideacional, todo aquele que deseja ter uma vida ética precisa conceber ou aprender a formular *bons pensamentos*, *boas palavras* e *boas condutas*: são regras de ouro, que antecedem a ação (SKJAERVO, 2007, p. 3). Quando o indivíduo põe em prática a *tríplice da bondade* e transforma as regras em ações efetivas, elas se transformam em moralidade, ou melhor, em virtude prática. *Pensar bem*, *falar bem* e *agir bem*, na prática, faz o indivíduo ser justo, reto, cooperativo, verdadeiro e bom e assim ele se integra com a ordem cósmica e natural do mundo (SKJAERVO, 2007, p. 9).

Zoroastro entende que os seres humanos são livres, porém, são recompensados ou punidos, em vida, conforme as escolhas que fazem. Deliberar bem, portanto, é essencial para uma vida plena, satisfeita e feliz. Ao praticar as virtudes, isto é, ao agir moralmente, o ser humano adquire uma prática de viver; ao aprender a respeitar as regras ou os limites imanentes da vida, o indivíduo se integra ao meio natural e social,

sendo capaz de criar ao seu redor uma ordem positiva (*asha*). Todos são responsáveis por suas deliberações éticas, e a ordem humana e social não passa do conjunto ou soma de boas deliberações individuais, pois são as boas deliberações que aproximam ou integram os indivíduos a uma ordem natural, constitutiva e presente em todas as coisas, essencialmente marcada pelo bem (SKJAERVO, 2005, p. 13-14).

É possível sintetizar a doutrina de Zoroastro em seis princípios elementares, que são os seguintes: (i) os indivíduos são livres, mas são recompensados ou punidos em vida conforme a sua conduta. Tudo o que se faz tem uma consequência para o bem ou para o mal; (ii) os seguidores da fé devem ser bondosos e amorosos; (iii) deve-se agir como gostaríamos que agissem conosco; (iv) aprender a viver moralmente é integrar-se à ordem natural do cosmos; a vida ética aumenta as chances de bem-estar individual e bem-estar coletivo; (v) os indivíduos devem encontrar o seu lugar no planeta de forma harmoniosa, buscando o equilíbrio com o meio natural e social, respeitando e protegendo a terra, a água, o ar, o fogo e a comunidade; (vi) cobrar juros aos integrantes da religião é considerado o pior dos pecados; reprova-se o acúmulo de riquezas (SKJAERVO, 2007, p. 1-127).

Tais princípios constituem, diríamos uma leitura do “real”, que apesar de vencida por outras visões de mundo e esquecida na história, parece contrastar com as leituras ocidentais sobre a constituição da realidade; leituras, aliás, que servem de ponto de apoio para as reflexões sobre relações internacionais. É curioso comparar os *seis princípios* zoroastrianos com os *seis princípios* de Morgenthau, por exemplo. A doutrina de Morgenthau, considerada como ponto de partida para os estudos teóricos em relações internacionais é, por excelência, uma doutrina aristotélico-mecanicista. Ela propõe uma leitura do mundo centrada em leis objetivas que decorrem da natureza humana. Para compreender a sociedade e a política seria preciso entender a natureza humana em que as leis da política e da sociedade têm as suas raízes (MORGENTHAU, 2003, p. 5).

Partindo de uma ideia de sujeito e de uma natureza humana atemporal, Morgenthau irá observar as relações internacionais como a composição de unidades

autônomas imbuídas de desejos, isto é, de uma perpétua busca por poder. Nessa circunstância, a vida é incerta e as relações entre os povos não passa de um tenso e conturbado jogo de interesses, em que pese à vontade do mais forte. Em tal condição, não há muito espaço para a confiança, a moralidade é fraca e o direito internacional ineficiente, pois os estados dependem muito mais da prudência, ou melhor, de ações isoladas que os permitam satisfazer as suas necessidades. Em tais circunstâncias, a necessidade é a maior virtude (HASLAM, 2006).

Os princípios de Morgenthau estão sintetizados em seis: i) a política e a sociedade possuem leis objetivas que deitam raízes na natureza humana; ii) o conceito de interesse definido em termos de poder é o que situa o realismo e o estadista nas relações internacionais; iii) o conceito de interesse definido em termos de poder é uma categoria objetiva e válida universalmente; iv) há uma tensão inevitável entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito; v) é problemático identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo; vi) o realismo se diferencia de outras escolas de pensamento, sobretudo daqueles que ponderam a dimensão ética e moral (MORGENTHAU, 2003, pp. 4-28)

Como é possível notar, tais princípios estão constituídos por estruturas ontológicas rígidas e estritamente ocidentais. Em primeiro lugar, elas remetem a Tucídides (2001, p. 351) e à Grécia antiga; em segundo lugar, pensam a natureza humana em termos atemporais, uma natureza que é e sempre será constituída pelo desejo de poder; em terceiro lugar, faz da história da humanidade uma eterna luta pelo poder; em quarto lugar, não procura conciliar política e moral. É preciso reconhecer que Morgenthau não passa de uma leitura muito específica sobre a constituição do mundo, uma leitura ocidental, portanto, parcial. Apesar de Morgenthau ser um valioso patrimônio da história do pensamento internacional, trata-se apenas de mais um “regime de verdade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de resgatar Zoroastro é justamente a de encontrar alternativas aos princípios rígidos que constituem o fundamento básico da teoria de Relações Internacionais. Zoroastro pode ajudar a refazer uma apreciação sobre a natureza humana, seus anseios e suas possibilidades, desfazendo a impressão de que ela tem como atributo essencial o desejo de poder; aliás, pelo contrário, na doutrina de Zoroastro, os homens, em sua natureza, também podem ser bons, morais e justos, desde que saibam aplicar as virtudes práticas no seu dia-a-dia. Ora, se de acordo com a *primeira imagem das relações internacionais*, o local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem, a eliminação desta tem que vir da elevação e do esclarecimento ou de medidas que assegurem seu reajustamento psicossocial (WALTZ, 2004, p. 23). De acordo com a citação, podemos supor – aliás, seguindo Kenneth Waltz – que a causa da guerra não passa da não-vivência mais ampla de princípios como àqueles estipulados por Zoroastro, vale lembrar: *boas palavras, boas condutas, bons pensamentos*.

Naturalmente, ao tempo de Zoroastro, não havia “relações internacionais” como entendidas hoje e sua doutrina não surgiu nem foi destinada ao estudo do sistema de estados. Porém, ela nos oferece uma leitura da natureza humana e da constituição do mundo, algo que Morgenthau também ofereceu e precisou conceber antes de pensar sua teoria das Relações Internacionais. O presente trabalho, não propõe Zoroastro como rival de Morgenthau, o que seria impossível e incoerente. O que se deseja é encontrar em outra tradição novas visões sobre a constituição da realidade, de tal modo que se possa enriquecer o manancial crítico sobre as teorias vigentes e servir como apoio para todos àqueles que desejam compreender melhor as próprias limitações existentes nas leituras ocidentais do mundo, que, aliás, vem marcando o curso da história do pensamento sobre política internacional.

A tarefa de revisão ontológica envolve um processo de desconstrução das ontologias aceitas até aqui. O processo inicia com a negação das tendências e teorias dominantes; pois, “como não podemos conhecer o futuro, não podemos dar um nome satisfatório às estruturas futuras; só podemos denominá-las em termos de negação, ou negação potencial, das tendências dominantes que são do nosso conhecimento” (COX,

2000: p. 193). Negar os pressupostos ontológicos não significa difundir um ceticismo estéril; apenas significa que será construído um processo reflexivo dentro do qual uma fase passada do pensamento é suspensa, isto é, um discurso anterior é anulado, mas preservado na fase seguinte, após sua desconstrução (COX, 2000, p. 193). Na verdade, o processo de desconstrução das ontologias vigentes é um processo de transformação do conhecimento. Esse desafio tem por objetivo oferecer uma nova perspectiva de um mesmo tópico, tema ou problema. Cox (2000), por exemplo, para repensar a noção de história e progresso propõe um retorno ao pensamento de *Ibn Kaldun* (1332-1406), pensador, político e diplomata islâmico. Ele faz isso anulando os conceitos de progresso e evolução presentes na epistemologia positivista/iluminista para, no retorno a *Kaldun*, repensar os mesmos conceitos de progresso e evolução, mas agora, sob os termos de um pensador islâmico. O movimento metodológico dessa pesquisa assemelha-se ao procedimento adotado por Cox: ele propõe a suspensão de algum princípio discursivo vigente na teoria de Relações Internacionais para analisar o mesmo princípio sob uma nova ótica, nesse caso, uma ótica não ocidental.

O pensamento de Zoroastro tem grande sua importância e contribuição na significância da palavra tolerância. Conceito este que foi difundido por Círio fundamentado nos princípios zoroastristas, é esta tolerância que é levantada como bandeira para deslegitimar o governo islâmico vigente e instaurar uma nova ordem. Neste sentido, Zoroastro torna-se relevante para as conceituações pós-hegêmicas da ordem mundial pela riqueza de princípios éticos e morais que enriquece suas obras e serve de exemplo para o mundo do século XXI que está em crise ética na política. Sua relevância é decorrente também ao seu poder como influência cultural para os iranianos, curdos, yazidis e parsis que sofrem constantes repressões e perseguições advindas do poder hegemônico islâmico.

Referências

- Adghirni, S. (2014). *Os Iranianos*. São Paulo: Editoracontexto.
- Akram, A. (2009). *kalamullah.com*. Acesso em 06 de 06 de 2017, disponível em Kalamullah: <http://www.kalamullah.com/Books/The%20Muslim%20Conquest%20of%20Persia.pdf>
- ASHLEY, R. (1996). The achievements of post-structuralism. Em S. SMITH, K. BOOTH, & M. ZALEWSKI, *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BBC PERSIAN. (2017). Acesso em 10 de 08 de 2017, disponível em <http://www.bbc.com/persian/iran-38839235>
- Choksy, J. K. (2011). *CNN*. Acesso em 08 de 08 de 2017, disponível em <https://edition.cnn.com/2011/11/14/opinion/choksy-iran-zoroastrian/index.html>
- COX, R. (2000). Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun. Em J. Rosenau, & E. Czempiel, *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Universidade de Brasília.
- DEVETAK, R. (2005). Critical Theory. Em S. BURCHILL, A. LINKLATER, & R. DEVETAK, *Theories of International Relations*. New York: Palgrave.
- DUCHESNE-GUILLEMIN, J. (1992). *La religion de l'Iran ancien*. Paris: P.U.F.
- EKURD.NET. (2015). Acesso em 05 de 05 de 2017, disponível em ekurd.net: <http://ekurd.net/kurds-abandon-their-religion-to-zoroastrianism-to-escape-islamic-extremism-2015-05-03>
- Encyclopaedia Britannica*. (s.d.). Acesso em 20 de 08 de 2017, disponível em britannica.com: <https://www.britannica.com/topic/Avesta-Zoroastrian-scripture>
- HASLAM, J. (2006). *A necessidade é a maior virtude. O pensamento realista nas relações internacionais*. (W. Barcellos, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- HEILBRONER, R., & MILBERG, W. (1995). *The Crisis of Vision in Modern Economic Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HIRSCHMAN, A. (1986). *A Economia como Ciência Moral e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- IAZADY, M. (2017). *Kurdistanica*. Acesso em 12 de 07 de 2017, disponível em <http://www.kurdistanica.com/?q=node/2>
- Ichaporia, P. (1997). *Avesta*. Acesso em 02 de 05 de 2017, disponível em [avesta.org: http://www.avesta.org/timeline.htm](http://www.avesta.org/timeline.htm)
- IQBAL, M. (1908). *The development of metaphysics in Persia. A contribution to the history of muslim philosophy*. London: London Luzac and Company.
- MORGENTHAU, H. (2003). *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- NAZARIAN, A. (Outubro de 2016). *Thousands of Iranians Protest Regime in Front of King Cyrus's Tomb*. Fonte: Breitbart: <http://www.breitbart.com/national-security/2016/10/30/iranians-protest-regime-king-cyrus-tomb/>
- NIEBUHR, R. (2001). *Moral man & Immoral society. A study in ethics and politics*. Kentucky: Westminster John Knox Press.
- Nunes, B. (2016). *Razões para acreditar*. Acesso em 05 de 08 de 2017, disponível em [terra: http://razoesparaacreditar.com/artes/garoto-de-17-anos-recria-estatuas-historicas-destruidas-pelo-estado-islamico/](http://razoesparaacreditar.com/artes/garoto-de-17-anos-recria-estatuas-historicas-destruidas-pelo-estado-islamico/)
- OLIVEIRA, S. (1999). *Tratado de Metodologia Científica* (2 ed.). São Paulo: Pioneira.
- Redfern, C. (2017). *Stylist*. Acesso em 13 de 09 de 2017, disponível em <http://www.stylist.co.uk/life/corinne-redfern-women-iraqi-kurdistan-converting-islam-zoroastrianism-duya-gadir>
- Sivananda, S. S. (2017). *dlshq.org*. Acesso em 02 de 09 de 2017, disponível em [Dlshq: http://www.dlshq.org/saints/zoroaster.htm](http://www.dlshq.org/saints/zoroaster.htm)
- Skjærvø, O. (2005). *harvard.edu*. Acesso em 28 de 03 de 2016, disponível em [harvard.edu: https://sites.fas.harvard.edu/~iranian/Zoroastrianism/Zoroastrianism1_Intro.pdf](https://sites.fas.harvard.edu/~iranian/Zoroastrianism/Zoroastrianism1_Intro.pdf)
- Skjærvø, O. (2006). *harvard.edu*. Acesso em 08 de 03 de 2016, disponível em [harvard.edu: http://www.fas.harvard.edu/~iranian/Zoroastrianism/](http://www.fas.harvard.edu/~iranian/Zoroastrianism/)

- Smith, D. (2017). *Jonathan Turley*. Acesso em 29 de 09 de 2017, disponível em jonathanturley.org: <https://jonathanturley.org/2017/02/05/cleric-killing-kurds-who-convert-to-zoroastrianism-is-legitimate/>
- SMITH, S. (1996). Positivism and beyond. Em S. SMITH, K. BOOTH, & M. ZALEWSKI, *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.
- The New York Times*. (2016). Acesso em 10 de 08 de 2017, disponível em [The New York Times: https://womenintheworld.com/2016/09/23/yazidi-girl-set-herself-on-fire-to-avoid-further-rape-at-hands-of-isis/](https://womenintheworld.com/2016/09/23/yazidi-girl-set-herself-on-fire-to-avoid-further-rape-at-hands-of-isis/)
- Trindade, A. A. (2002). *O Direito Internacional em um Mundo em Transformação*. Rio de Janeiro: Renovar.
- TUCÍDIDES. (2001). *História da guerra do peloponeso*. Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- WALTZ, K. (2002). *Teoria das relações internacionais*. (M. L. Gayo, Trad.) Lisboa: Gradiva.
- Waltz, K. (2004). *O homem, o estado e a guerra. Uma análise teórica*. (A. U. Sobral, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- WENDT, A. (1992). *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics*. *International Organization* (2 ed., Vol. 46). Spring: The MIT Press.
- WIESEHÖFER, J. (1996). *Ancient Persia from 550 BC to 650 AD*. London and New York: I. B. Taurus.